



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

João Paulo Lyrio Izoton

**PESCA ARTESANAL E INDUSTRIALIZAÇÃO NA BARRA DO
RIACHO, ARACRUZ – ES**

**VITÓRIA
2016**

João Paulo Lyrio Izoton

**PESCA ARTESANAL, DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS NA BARRA DO RIACHO, ARACRUZ – ES.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Trigueiro Vicente.

VITÓRIA
2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

Pesca Artesanal, Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais na Barra do Riacho, Aracruz - ES.

João Paulo Lyrio Izoton

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre.

Aprovada por:

Orientadora: Dra. Aline Trigueiro Vicente
Universidade Federal do Espírito Santo

Dra. Daniela Zanetti
Universidade Federal do Espírito Santo

Dr. Sandro José
Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória
2016

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer às forças criativas do Universo, que conspiraram para o sucesso deste trabalho. Agradeço também às pessoas que possibilitaram a materialização do mesmo, em especial à minha orientadora Aline Trigueiro, à minha companheira Flávia Amboss, e ao Grupo de Estudos em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo (GEPPEDES). Não posso deixar de fora dos agradecimentos também os protagonistas deste trabalho, os pescadores da Barra do Riacho por haverem me recebido e permitido que sondasse um pouco das reflexões acerca da vida que levam.

RESUMO

IZOTON, João Paulo Lyrio. Pesca Artesanal, Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais na Barra do Riacho, (2016). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo), Vitória, 2014.

O presente trabalho discorre sobre a situação da pesca artesanal em face dos grandes projetos de desenvolvimentos na Barra do Riacho, localidade de Aracruz – Espírito Santo. Apresenta as dificuldades criadas pelas indústrias à atividade da pesca e as reflexões dos pescadores acerca das escolhas a serem tomadas diante das mesmas. Composto por uma parte escrita e uma audiovisual, também discute alguns limites e possibilidades do uso dessas ferramentas pelas Ciências Sociais.

Palavras-chave: Pesca artesanal; Desenvolvimento; Grandes projetos; Barra do Riacho; Espírito Santo.

ABSTRACT

The present work talks about the situation of fishery in face of great development projects in Barra do Riacho, a place located in Aracruz, Espírito Santo. It shows the difficulties created by the industries to the fishing activity and the reflections of the fisherman about the choices to be made in front of them. Made by a written part and an audiovisual one, it also discusses some of the limits and possibilities of these tools use by the Social Sciences.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FIGURA 1	65
FIGURA 2	65
FIGURA 3	66
FIGURA 4	66
FIGURA 5	67
FIGURA 6	67
FIGURA 7	70
FIGURA 8	70
FIGURA 9	71
FIGURA 10	71
FIGURA 11	72
FIGURA 12	72
FIGURA 13	75
FIGURA 14	75
FIGURA 15	76
FIGURA 16	76
FIGURA 17	77
FIGURA 18	77

LISTA DE SIGLAS

APBR – Associação de Pescadores da Barra do Riacho

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

EJA – Estaleiro Jurong Brasil

IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

MINP – Ministério da Pesca

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

SEAP – Secretaria Especial de Agricultura e Pesca

SUMÁRIO

<i>Introdução e procedimentos metodológicos</i>	10
CAPÍTULO 1 - Pesca artesanal e desenvolvimento: o caso de Barra do Riacho-ES	18
1.1. A Barra do Riacho – caracterização do cenário pesquisado	22
1.2. Espírito Santo e o cenário da industrialização	27
1.3. A “terceira onda de desenvolvimento” e a Barra do Riacho	31
1.4. A pesca artesanal e os empreendimentos na Barra do Riacho	38
1.5. A negociação	40
CAPÍTULO 2 – Um exercício fotográfico	51
2.1. A fotografia e a minha inserção em campo	54
2.2. Sobre a utilização da imagem	56
2.3. A pesca familiar na Barra do Riacho	62
2.4. A Industrialização na Barra do Riacho	68
2.5. Pesca e indústria	73
CAPÍTULO 3 - Uma narrativa audiovisual	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

Introdução e procedimentos metodológicos

O presente trabalho é resultado de algum tempo de acompanhamento das relações estabelecidas entre pescadores artesanais e os grandes projetos de desenvolvimento já instalados ou previstos para a Barra do Riacho, distrito de Aracruz-ES. Minhas primeiras visitas ao local foram em meados de 2011, despertado pelo interesse acerca de conflitos latentes na região – especificamente o conflito envolvendo a apropriação de recursos hídricos da região para o abastecimento industrial em detrimento da comunidade de pescadores artesanais.

O estudo desse conflito envolvendo a abertura da barra do rio Riacho¹ – local onde a Fibria tem uma barragem e onde os pescadores aportam seus barcos – resultou na minha monografia do curso de Ciências Sociais (IZOTON, 2011) e na construção de uma proximidade com as pessoas daquela comunidade, o que despertou a minha atenção para a volúpia com a qual a assertiva desenvolvimentista planejava “o destino” da região.

Costumeiramente presente em documentos oficiais do Estado, a região na qual está localizada a Barra do Riacho aparece em relatórios como destino de uma “nova dinâmica” de desenvolvimento envolvendo “investimentos de grande porte” para o município que parecem confirmar a tendência do Espírito Santo em canalizar investimentos para os “gêneros industriais ligados à produção e exportação de *commodities*” [IJSN, 2011].

Na região existe um parque industrial em expansão destinado à produção de celulose branqueada desde meados da década de 1970, com um porto originariamente destinado à exportação da *commoditie*. Além da Fibria (antiga Aracruz Celulose) que produz a celulose em si, outras empresas como a Evonik Degusa ou a Canexus produzem e fornecem à empresa os produtos

¹ Para atender as necessidades da sua planta industrial a Fibria (Antiga Aracruz Celulose) construiu uma barragem no rio Riacho. Com a progressiva escassez de recursos hídricos, o rio Riacho por vezes não alcança o mar, impossibilitando que os pescadores saiam do rio, onde aportam seus barcos para pescar no mar.

químicos necessários para a transformação da polpa do eucalipto em celulose branqueada.

Com a descoberta do pré-sal, investimentos ligados à cadeia de petróleo também aportam na região, seja com a Petrobras que construiu um terminal de abastecimento na região, e com a empresa Estaleiro Jurong Brasil (EJA), subsidiária da transnacional *SEMBCORP MARINE* e participante do consórcio Sete Brasil, composto por estaleiros que planejam construir plataformas para a extração de petróleo da camada do Pré Sal.

No documento resultante do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente do EJA, a região aparece como propícia para a instalação da empresa graças à posição estratégica para atender aos campos de exploração do pré-sal, e também graças à logística da região e a transferência da titularidade de terra (doada pela Fibria). Salta aos olhos também os outros motivos elencados pela empresa para a sua instalação naquela localidade: o apoio político para a instalação do estaleiro, a boa comunicação com as autoridades ambientais e a transparência nas relações governamentais institucionais (CTA, 2009).

De fato, a sinergia construída pela empresa sediada em Cingapura com os políticos locais é evidenciada como, por exemplo, da ata da audiência pública na qual a diretora do Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA) se manifesta publicamente pela aprovação da instalação do estaleiro em nome do interesse do governo em competir com outros estados da federação². Além dessa evidência, matérias publicadas na mídia dando conta dos esforços de agentes políticos locais pela vinda da Jurong evidenciam a disposição de certos agentes públicos em garantir os investimentos desse grande projeto na região (e também de outros projetos em outras regiões), tendo sido inclusive um tema de debate no último processo eleitoral para o governo do Estado.

As duas visões – tanto do poder público atraindo investimentos quanto do empreendimento manifestando interesse em se instalar na região – parecem

² Ver anexo 01.

dar conta de uma demanda contínua e em expansão por emprego, o que faz sentido para uma região acostumada com grandes contingentes de trabalhadores, sejam estes para atender a cadeia produtiva da celulose ou mais recentemente da portuária /petrolífera.

Na Barra do Riacho, especificamente, a atividade industrial convive com outra atividade que emprega um contingente considerável de indivíduos, muitos desses com raízes na região que ultrapassam três gerações. A pesca artesanal (ou pesca familiar como alguns se autodenominam em nítida comparação com os agricultores familiares) é profícua na localidade, que conta com uma frota pesqueira que ultrapassa os 100 barcos, e que emprega em torno de 700 pessoas de forma direta (SEAP, 2005).

Como uma atividade calcada no domínio sobre o ambiente natural, gerando relações sociais próprias centradas no conhecimento sobre a dinâmica das marés, ventos e recursos pesqueiros, a pesca se mantém, seguindo DIEGUES, como a “última atividade de caça realizada em grande escala pela humanidade” (DIEGUES, 1983, p. 6). Nesse sentido, os pescadores despontam também como primeiros socioindicadores das alterações radicais realizadas pelos grandes empreendimentos sobre o ambiente em questão.

Outra compreensão que norteia esse trabalho é também o fato da expansão da atividade petrolífera *offshore* no Espírito Santo incidir diretamente sobre o território onde os pescadores desenvolvem suas atividades. Nesse sentido, cada vez mais restrições são impostas ao desenvolvimento da atividade, seja através de zonas de exclusão de pesca, como no entorno das plataformas que também alteram o comportamento dos cardumes em mar, ou mesmo a supressão física de pesqueiros tradicionais, como o EJA realizou na Barra do Riacho.

Durante esse acompanhamento da situação local, que consistiu basicamente em visitas esporádicas, na participação como mobilizador em uma oficina de projeto de extensão (sob a coordenação do GEPEDES – Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no ES), em

conversas informais, entrevistas gravadas em áudio e em vídeo, e participação de espaços geralmente públicos de reunião entre empreendimentos e comunidade pesqueira, pude delinear um recorte desse tipo de conflito na região e estabelecer uma relação de proximidade com algumas pessoas que me abriram as portas para o contato com outros pescadores da Barra do Riacho.

Durante esse tempo tive a oportunidade de colaborar na produção de um vídeo³ – que não trata especificamente da Barra do Riacho, embora a região tenha certo destaque no mesmo – que nitidamente auxiliou a minha inserção no campo e de participar da realização de uma oficina, atividades estas vinculadas também às pesquisas desenvolvidas pelo grupo do qual faço parte (GEPPEDES – Grupo de Estudos em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo), o que me auxiliou na realização dos campos para a elaboração desta dissertação.

O fato de deixar sempre claro que, ao contrário dos pesquisadores que costumeiramente frequentam a região, eu realizava uma pesquisa independente, através da Universidade Federal do Espírito Santo e não financiado pelos empreendimentos ou em consórcios realizados com os mesmos – como parece ser praxe junto às comunidades pesqueiras – também foi um fator decisivo para o sucesso da realização das entrevistas conduzidas para a realização deste projeto.

Acrescento às causas desse sucesso, sem medo de exagerar, o *frisson* causado pela perspectiva dos pescadores de serem gravados em vídeo, falando dos problemas cotidianos que enfrentam junto aos grandes projetos e que, ao contrário da propaganda dos grandes projetos de desenvolvimento industrial, são imagens com as quais eles não têm muito contato. Sobre o trabalho com vídeo, enfrentei algumas limitações, a maioria delas referente à

³“Tradições à Deriva” que está disponível no endereço eletrônico: [HTTPS://www.youtube.com/watch?v=cu_k9ONDoEg](https://www.youtube.com/watch?v=cu_k9ONDoEg)

técnica de filmagem e edição que requerem um tipo de conhecimento específico no qual ainda estou me iniciando.

Sobre as entrevistas realizadas, fiquei impressionado não só com a percepção dos pescadores acerca do ambiente natural, mas também com a compreensão fatalista de que a expansão industrial, em seu ritmo desenfreado, poderá sair vitoriosa no confronto com a atividade econômica por eles desempenhada. Mesmo essa compreensão, de uma progressiva inviabilização da atividade, não parece mobilizar diretamente os pescadores para um confronto com os empreendimentos, em especial no contexto da Barra do Riacho, onde os mesmos substituem o poder público no suprimento de várias demandas dos habitantes locais.

Nesse sentido, a percepção das contradições existentes entre uma região que contribui notavelmente para o PIB estadual em termos econômicos, ao mesmo tempo em que se mantém sem rede de esgoto, com atendimento de saúde básica precário e sem escola de ensino médio, salta aos olhos. Também causa tensão a existência de um porto especializado de celulose e um estaleiro de plataformas de petróleo em uma comunidade que tem alicerces profundos na pesca artesanal, enquanto a mesma não possui um cais público de desembarque, forçando os pescadores a utilizarem trapiches para ir ao mar, voltar a terra e desembarcar o seu pescado.

Essa ausência do Estado acaba gerando uma lacuna que é muito facilmente preenchida pelos empreendimentos, que se tornam os fornecedores de equipamentos públicos (como sede de associações, viaturas para polícia, estaleiros para os pescadores).

A descrição deste cenário, observado em Barra do Riacho, tem a intenção de apresentar uma conjuntura local que não se aparta de um projeto nacional, e exatamente por isso, precisa ser discutido, problematizado nas suas contradições e evidenciado. Espera-se que com esse trabalho possamos apresentar uma parte do esforço da comunidade que se organiza em torno da pesca artesanal, como ela faz para se manter viável tanto ambiental, quanto

econômica e politicamente. Para tanto, o trabalho foi organizado em três capítulos, cada qual refletindo procedimentos metodológicos específicos.

O capítulo 1 é composto por uma primeira parte escrita, cruzando as referências teóricas da Sociologia e da Antropologia com os dados levantados tanto junto aos documentos do poder público e dos empreendimentos (e aqueles situados na intercessão dos mesmos, como o Plano de Desenvolvimento 2025 da organização empresarial Espírito Santo em Ação), assim como as entrevistas realizadas pelos pescadores buscando evidenciar os contrastes existentes entre aquela Barra do Riacho planejada pelos detentores do poder de decisão, e a Barra do Riacho vivida pelos que ali residem e estão expostos a esse mesmo poder.

No capítulo 2 me proponho a construir uma narrativa visual que evidencie esse contraste entre o cotidiano da pesca artesanal e a atividade industrial na Barra do Riacho, de maneira a botar cores no quadro frio que a teoria enquadra as experiências e também para permitir que a vivência dos pescadores naquele ambiente não dependa única e exclusivamente do meu talento (limitado) para a descrição cuidadosa de um cenário que é tão complexo quanto exuberante. Nesse sentido, espero contextualizar a narrativa que construo nesta dissertação, de modo a permitir ao leitor a visualização de um cenário a partir dos vários recortes realizados com o dispositivo fotográfico. Os recortes que construo neste cenário são compostos por três elementos principais, a saber: a) primeiro, pela pesca familiar praticada na região, os tipos de barco, tipos de pescado obtidos e o cotidiano dos envolvidos na atividade: o desembarque e beneficiamento do pescado, a preparação e manutenção do material de pesca, os tipos de apetrechos usados, entre outros; b) outro recorte do cenário diz respeito à atividade industrial na região: a escala das plantas industriais, a emissão de efluentes e a mobilização de mão de obra, maquinário e veículos. c) por fim, outro recorte pensado para compor essa parte do trabalho diz respeito ao encontro entre essas duas atividades, apresentando as diferenças de escala entre os grandes empreendimentos e aquele tipo de pesca realizada na Barra do Riacho.

Por fim, dando sequência a uma experiência que venho realizando junto ao grupo de pesquisa do qual participo e dando vazão a um interesse pessoal que parece haver casado bem com os interesses (ou pelo menos alguns interesses) dos pescadores da Barra do Riacho, o terceiro capítulo desse trabalho será composto por uma narrativa audiovisual. Esta narrativa audiovisual, na forma de documentário visa – a despeito dos efeitos de edição composição e captação de imagens, repleto da subjetividade do autor – evidenciar a voz dos sujeitos desta pesquisa, sempre tão loquazes ao explicitar seus argumentos, reflexões e desafios cotidianos. Nesse sentido, espero conseguir criar uma atmosfera de proximidade, de identificação e simpatia entre aquele que vai assistir ao documentário e aqueles que o tornaram possível: os pescadores. Esse ‘atores reais’, ao receberem-me com paciência para mais uma rodada de perguntas intermináveis, possibilitaram que suas experiências e vivências junto ao mar, assim como seus conflitos com as indústrias e os desafios de manter a pesca como atividade econômica central em suas vidas, pudessem ser partilhados com aqueles que são sensíveis à história dos pescadores da Barra do Riacho e às suas próprias vozes. O documentário pode ser acessado pelo link <https://youtu.be/-GzAM6BYIeY> .

Esses caminhos metodológicos, em princípio diferentes entre si, estão subjugados a um interesse primeiro: o de analisar os conflitos que a atividade industrial gera na pesca artesanal. Seguindo neste sentido, o trabalho norteia a discussão teórica do desenvolvimento industrial e os conflitos com populações locais. Neste sentido, busca por tintas ao processo de expansão da modernidade capitalista que se expande ao redor do globo com a mesma volúpia, gerando conflitos semelhantes quando da supressão de territórios tradicionais ou a apropriação de recursos tradicionais.

Junto a isso, o ensaio fotográfico tenta trazer mais alguns elementos que permitam contextualizar o local de onde são proferidos esses discursos. Nesse sentido algumas imagens do cotidiano da pesca artesanal, da atividade industrial na Barra do Riacho, e principalmente, os cenários que permitem a constatação das assimetrias existentes entre uma e outra atividades serão

evidenciados, na tentativa de transformar a letra fria das entrevistas transcritas em algo mais localizado.

Por fim, tentando levar a um extremo essa narrativa (*a priori*) não textual, uma terceira abordagem do problema vai ser realizada a partir de um vídeo documentário, com trechos de entrevistas escolhidos a partir do conjunto do material gravado visando construir uma narrativa em conjunto com imagens gravadas na região. Esse último produto traz consigo o desafio de dar um rosto e uma voz àqueles que são atingidos por tais processos de desenvolvimento, por meio de seus trejeitos, tons de voz e olhares, ou seja, expressões que também permitem outras compreensões acerca do drama desenvolvimentista na Barra do Riacho.

CAPÍTULO 1 - *Pesca artesanal e desenvolvimento: o caso de Barra do Riacho-ES*

Se um incauto adormecesse no caminho de Vitória à Barra do Riacho, ao acordar nesta vila teria a impressão de estar em mais uma das várias vilas que pontilham o litoral do Estado do Espírito Santo.

A semelhança com as outras vilas é reforçada quando se olha para o rio Riacho, em cuja foz se situa aquela localidade. Talvez o olhar mais atento repare nas placas de “Aluga-se para Empresas” nas janelas das casas e pequenos prédios, assim como no movimento intenso de ônibus fretados por empresas e nos indefectíveis macacões utilizados como uniforme pelos trabalhadores das empreiteiras.

Fora isso, o movimento na parte baixa da Barra do Riacho segue em um ritmo mais ou menos lento, principalmente se comparado com a parte mais recente da Vila, situado no alto da colina que beira o rio Riacho. À beira deste, em uma rua sem calçamento, se erguem casas de alvenaria, muitas sem acabamento. Alguns pequenos negócios estão instalados na mesma rua, como bares e peixarias.

De um lado a rua de terra, do outro, o rio onde estão aportados os barcos – dos mais variados tamanhos. Chama a atenção também o pequeno estaleiro com capacidade para até três barcos, gerido pela própria comunidade de pescadores, doado pela extinta Aracruz Celulose (atual Fibria) como compensação pela construção do PortoCel, ou por alguma das novas fábricas instaladas.

Diante desse cenário o observador recém desperto do seu cochilo talvez ficasse surpreso ao saber que, em volta da Barra do Riacho, existe um grande complexo industrial. Esse complexo industrial abarca duas cadeias produtivas diferentes: uma petroquímica, composta pela Petrobras, pela Nutripetro, pelo Estaleiro Jurong Aracruz (EJA) e pela Imetame; e um conjunto de indústrias

ligadas à cadeia produtiva da Celulose, como a Fibria, a Evonik Degussa e a Carta Fabril.

Já saindo da Barra do Sahy, um balneário (outrora) turístico e famoso da cidade de Aracruz, pela ES-010, o visitante dá de cara com um grande muro que se estende por mais de um quilômetro. Por trás do muro uma estrutura que impressiona pela altura e pelo tamanho, como um galpão. Por brechas no muro é possível avistar o movimento intenso de caminhões, guindastes, tratores e trabalhadores, esses últimos como formigas em meio a um cenário tão gigantesco. É o Estaleiro Jurong Aracruz (EJA), para onde se dirigiam a maior parte daqueles trabalhadores uniformizados dentro dos ônibus na Barra do Riacho.

Seguindo em frente um par de quilômetros, chega-se à fábrica da Fibria, antiga Aracruz Celulose. É bem verdade que, antes de se impressionar com o visual apocalíptico da Fábrica, primeiro a sentimos com o nosso nariz. Um odor quase insuportável, resultante do processo químico para transformar o eucalipto em celulose, impregna o ar por toda a região. Logo defronte à fábrica, cruzando a rodovia, estão as piscinas de filtragem dos poluentes da indústria, que impressionam pela quantidade, tamanho e profundidade. Ali é o destino final da água represada dos rios Doce, Comboios, Riacho, dentre outros e que, após o processo, será dispensada por um emissário no mar. Se as piscinas impressionam pela fumaça que flutua constante e fantasmagoricamente sobre superfície amarronzada, olhar para a fábrica causa ainda mais impacto: uma estrutura metálica de grande altura, com várias chaminés a expelir fumaça e cujo rastro no céu pode ser avistado desde dezenas de quilômetros.

Por entre as piscinas há uma pista que leva à outra instalação industrial, o Terminal Aquaviário da Barra do Riacho (TABR), operado pela Petrobras e que processa o gás liquefeito que chega dos navios que ali aportam e onde é regaseificado para o transporte via gasodutos. Entre os moradores da Barra do Riacho correm várias histórias de vazamento na região. Não que os mesmos sejam divulgados, mas a interrupção dos trabalhos e operações de evacuação

no Portocel (o porto especializado em celulose operado pela Fibria) sempre geram comentários no lugar.

Até 2012 o PortoCel era a única estrutura industrial com a qual os pescadores se defrontavam em mar. Se por um lado o tráfego das barcaças trazendo eucalipto do sul da Bahia para a fábrica incomodava, assim como a chegada dos navios de gás que passaram também a aportar no TABR que é bem próximo ao porto, a partir desse ano começam as obras em mar do Estaleiro Jurong Aracruz. Um píer com aproximadamente 2 km de extensão foi construído no mar, sobre uma área na qual os pescadores da região tradicionalmente pescavam.

Além da área cercada pelo píer e que estava prevista no projeto de instalação da empresa, o espaço de manobra das embarcações e guindastes que ali operam também acabou por interditar outro fértil pesqueiro de camarão explorado pelos pescadores da Barra do Riacho. Nas palavras de um pescador:

Ali de frente à Jurong ali sempre foi nossa lama de nós trabalhar entendeu? Aí eles vieram e tomaram tudo ali entendeu? Diz que iam dar um salário aí para cada pescador e até hoje ninguém viu nada. Não botaram nada de volta. Prometeu Deus e o mundo aqui só que até hoje ninguém viu um santo feito por eles aqui entendeu? (Jacó, março de 2015).

A derrocagem e a dragagem neste local afetaram também os cardumes de pescadinha, espécie altamente rentável e mais frequente durante o verão. Segundo os pescadores os peixes foram atraídos pelos resíduos gerados pela intervenção no fundo do mar, e ao irem atrás dos cardumes eles abriam outra frente de conflito com o Estaleiro, que culminou com a apreensão de redes e aumento da fiscalização por parte do Estado.

Fomos lá porque deu muita pescadinha lá esse ano, e acabaram que expulsaram nós de lá. Primeiro a gente começou a pescar aqui. Aí com a dragagem lá, como tem muita comida, começou a juntar muita pescadinha, não pra tomar a área deles, que diz eles que é deles trabalhando mais ou menos com uns 300m longe deles, mas mesmo assim eles falaram que tava atrapalhando sem tá atrapalhando ninguém mas como eles falam que ali é deles fazer o que né? (Deco março de 2015).

Além desses conflitos cotidianos, há também a apreensão dos pescadores acerca dos impactos previstos com a chegada de outros empreendimentos já licenciados na região. O exemplo negativo do Estaleiro Jurong, ao não cumprir nenhuma das condicionantes previstas para atender à comunidade pesqueira (como a ampliação do estaleiro dos pescadores), os deixa desacreditados da possibilidade de conseguir a execução de condicionantes que os contemplem junto desses novos empreendimentos.

Isso não impede os representantes da associação de pescadores (pelo menos os mais pacientes) de participar de intermináveis reuniões com as empresas, dentre elas a Carta Fabril, que negociava a compra de uma máquina de descascar camarão para a comunidade pesqueira, mas que parece haver mudado de ideia e negocia agora com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aracruz a criação de uma Estação de Tratamento de Esgoto na Barra do Riacho, onde ela trataria os efluentes de toda comunidade, além dos efluentes da própria empresa.

A falta de saneamento na Barra do Riacho expõe a contradição existente entre a quantidade de riqueza gerada pelos grandes negócios na região e a ausência dos serviços básicos para a população que ali sempre residiu. Essa deficiência acaba empurrando para trás na fila das condicionantes as demandas dos pescadores.

Embora chegue sempre em ondas na região, o desenvolvimento deste parque industrial aconteceu à parte da Barra do Riacho, ou pelo menos daquela parte da Barra do Riacho que ali já estava antes da chegada dos empreendimentos.

É a única explicação existente para a existência de três portos na região, e a ausência de um atracadouro para os pescadores que, quando não moram na beira do rio e aportam seus barcos “na varanda”, improvisam trapiches de madeira para ter acesso aos barcos. Talvez o único real investimento do Estado na atividade tenha sido o trator, que a municipalidade disponibiliza sempre que o rio Riacho, represado pela Fibria, não tem força suficiente para romper a barra que o liga ao mar.

1.1. A Barra do Riacho – Caracterização do Cenário Pesquisado

As questões referentes a esse trabalho se desenrolam no município de Aracruz, conforme já descrito, que se localiza a 83 km ao norte da capital do Espírito Santo, Vitória. Com 81.832 habitantes distribuídos em um território de 1.436 quilômetros quadrados (IBGE 2010), Aracruz figura entre as maiores economias do Espírito Santo, além de estar entre os cinco maiores PIB *per capita* do Estado. No litoral de Aracruz no sentido sul-norte existem os bairros de Santa Cruz, Coqueiral de Aracruz, Putiri, Barra do Sahy e Barra do Riacho. Este trabalho tem por foco o bairro situado no extremo norte do município de Linhares, já quase na divisa com o município de Linhares, a Barra do Riacho.

A Barra do Riacho é um distrito do município de Aracruz, na divisa do mesmo com o município de Linhares. Segundo o censo de 2010, a Barra do Riacho contaria com 6042 moradores. Localizada na foz do rio Riacho, a sua origem pode ser datada à época colonial, no processo de formação e dispersão dos aldeamentos jesuítas dos Reis Magos, que daria origem a várias vilas litorâneas nesse recorte de costa que vai de Nova Almeida, no município da Serra, à vila de Regência Augusta (município de Linhares), na foz do rio Doce (MOREIRA, 2005).

Destaque na produção industrial no estado, o município de Aracruz é, desde a década de 1970, o maior produtor de celulose branqueada do Brasil. A empresa responsável por esse desempenho possui no município sua planta industrial e um porto (e uma mini ferrovia que liga um ao outro), além de extensos eucaliptais. Esse complexo industrial localizado na Barra do Riacho foi até então, o mais notável contribuinte para os expressivos resultados econômicos do município segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (2010).

No entanto, a constituição desse complexo industrial implicou também na criação de um grande passivo socioambiental junto às comunidades que ocupavam o território tradicionalmente, a saber: comunidades indígenas

(tupiniquim e guarani), camponeses e pescadores artesanais. No processo de aquisição das terras para o plantio do eucalipto, a empresa se valeu primeiro da doação de terras devolutas do Estado e, em um segundo momento da aquisição, muito questionada, de terras junto às populações locais.

Neste sentido, a história de um pescador entrevistado exemplifica esse processo. Filho de um pai nascido na Terra Indígena de Comboios e que sempre praticara a pesca de subsistência e a agricultura, e uma mãe nascida no interior do município de Aracruz em uma área que hoje é coberta de eucaliptal, ele diz que:

Meu pai morou no Comboios aí depois com nós tudo pequeno, nós tinha um terreno mais ou menos uns 50 a 100 alqueires de terra e nós fomos obrigados, porque eles estavam amedrontando a gente que ia plantar eucalipto em volta todinho e se a gente ficasse no terreno não ia poder sair de lá. E foi assim que eles convenceram a gente a sair de lá. Aí voltou de novo só para a pesca (Ademar, março de 2015).

Sobre esse processo de instalação da papelreira e as populações atingidas na região há uma extensa bibliografia, sendo o tema recorrente na discussão do socioambientalismo capixaba (LOUREIRO, 2006; MARACCI, 2005; CICCARONE; 2001). Apesar do grande impacto já sofrido por essas comunidades um novo “boom” de megaprojetos na região – associado principalmente à exploração do Pré-Sal – está em curso, ampliando ainda mais os impactos sobre os meios social e ambiental.

A descoberta do Pré Sal no litoral do Espírito Santo, transformando o estado no segundo maior produtor de óleo do Brasil, tornou a região em um espaço privilegiado para as atividades ligadas à cadeia petrolífera. Esse novo momento da atividade industrial incrementa as estruturas industriais já existentes, ampliando-as ou se valendo de seus setores logísticos. (MEIRELLES; CALAZANS, 2013, p.254)

A Barra do Riacho em especial, recebe uma das mais vultosas obras desse novo momento da economia nacional e regional: a instalação do Estaleiro Jurong Aracruz (EJA) – responsável por construir plataformas que permitam a

exploração do Pré-Sal. A chegada do EJA traz consigo mais conflitos, em especial com a comunidade pesqueira da Barra do Riacho, objeto desse trabalho. Nesse sentido, a tabela abaixo demonstra alguns destes conflitos:

TABELA 1

(Grandes Empreendimentos que já atuam na Barra do Riacho)

	ARACRUZ/FIBRIA	PETROBRAS	JURONG
TIPO DE EMPRESA	CONSÓRCIO VOTORANTIM+BNDES	EMPRESA PÚBLICA	TRANSACIONAL (SEMBCORP MARINE)
PRODUTO	CELULOSE BRANQUEADA	PETRÓLEO E GÁS	NAVIOS-SONDA
INSTALAÇÃO	DÉCADA DE 1970	DÉCADA DE 1960	A partir de 2012
IMPACTOS	RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL PELA MONOCULTURA	SÍSMICA	SUPRESSÃO DE ÁREA DE PESCA
	DESMATAMENTO	SUPRESSÃO DE ÁREA DE PESCA (PLATAFORMAS E GASODUTOS)	DERROGAGEM E DRAGAGEM
	APROPRIAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	DERRAMAMENTO DE ÓLEO	SUPRESSÃO DE RESTINGA
	POLUIÇÃO HÍDRICA E ATMOSFÉRICA	VAZAMENTOS DE GÁS	SUPRESSÃO DE ÁREA DE PESCA
	SUPRESSÃO DE ÁREA DE PESCA (PORTOCEL)		

Além das empresas citadas acima, operam também na região a EVONIK DEGUSSA e a CANEXUS, empresas químicas responsáveis pela produção de Peróxido de Hidrogênio e Soda Cáustica e Ácido Clorídrico respectivamente. Essas atividades altamente poluentes contribuem para criar na região uma sensação muito forte de poluição, seja pela emissão sem tratamento do esgoto da EVONIK DEGUSSA no rio Riacho, sejam as simulações realizadas periodicamente nas escolas da região de evacuação diante de um possível vazamento de produtos químicos pela CANEXUS.

Além dessas indústrias, outros grandes empreendimentos são previstos para a região, como a IMETAME, a Carta Fabril e mais recentemente o porto da NUTRIPETRO.

Ao passo que a região da Barra do Riacho desponta como um dos maiores parques industriais do Estado, persiste na região uma atividade ligada à ocupação tradicional da região: a pesca artesanal, ou familiar, como muitos pescadores se referem à atividade que praticam.

Esse novo momento de expansão industrial, calcado no petróleo e derivados, traz consigo novos impactos para a atividade, somados ao passivo socioambiental já existente na região. Diante do cenário descrito, as diferentes formas de ação diante desses novos empreendimentos e seus impactos – da participação em audiências públicas à negociação de condicionantes, da oposição ao emprego nas empresas – e as reflexões dos pescadores em torno dessas escolhas são objetos desse trabalho.

A despeito da reconfiguração daquela região pela atividade industrial, a pesca artesanal na Barra do Riacho – assim como em outras vilas litorâneas do Espírito Santo – se mantém como uma atividade de destaque. Dados oficiais sobre a atividade pesqueira de Aracruz indicam, segundo o relatório do macrodiagnóstico da pesca marítima do estado do Espírito Santo (SEAP, 2005) que atuavam na região por volta de 700 pescadores artesanais, e uma frota pesqueira de 150 embarcações de pequeno a médio porte.

A Associação de pescadores da Barra do Riacho possuía a época do referido relatório, 120 associados. Convém lembrar que participam dessa associação junto aos pescadores da Barra do Riacho, pescadores de outras localidades como a Barra do Sahy, também no litoral de Aracruz.

Sobre a atividade da pesca artesanal, convém resgatar a caracterização que Antonio Carlos Diegues fez, dizendo que a mesma é:

[...] a única e última atividade humana de caça realizada em grande escala. A mobilidade dos recursos pesqueiros no ecossistema marinho marcado pela complexidade dos fenômenos naturais é, em grande parte, responsável pela imprevisibilidade da captura com reflexos imediatos na própria organização da produção e do mercado. As modalidades de relações sociais entre os agentes da produção parecem ser influenciados pelas

condições naturais em que se realiza essa atividade (DIEGUES, 1983, p. 6).

As condições nas quais os pescadores da Barra do Riacho desenvolvem suas atividades vêm passando, desde a década de 1970, por alterações significativas nos ambientes terrestres, fluviais e marítimos ocasionados pelo desenvolvimento industrial. Os impactos dessas alterações foram sentidos e contornados pelos pescadores artesanais que conseguiram se manter na atividade desde então.

Com a abertura desse novo momento de desenvolvimento impulsionado pelo Pré Sal, além dos empregos prometidos, também são previstos mais impactos sobre o ambiente onde os pescadores desenvolvem suas atividades. Diante de um cenário no qual os habitantes e usuários tradicionais dos recursos em questão – das terras à água – têm o acesso a esses recursos postos em xeque, diante da expansão industrial, costumeiramente planejada longe dali, reúnem-se então elementos para caracterizar o que Gustavo Lins Ribeiro conceitua como “drama desenvolvimentista”, no qual *outsiders* subsidiados por elites técnicas sequestram o destino das comunidades locais, alijadas do direito de planejarem o futuro dos recursos dos quais usufruem (RIBEIRO, 2008).

Convergindo com Ribeiro (2008), TRIGUEIRO e KNOX (2013) nos trazem a seguinte reflexão acerca do processo de expansão industrial no litoral do Espírito Santo:

Os riscos disso continuam sendo a invisibilização dos modos de vida daqueles grupos cujas formas de solidariedade e as fontes de coesão sociais são permeadas por uma relação menos utilitarista com a natureza e cujos processos de trabalho resguardam um tipo de saber constituído coletivamente ao longo das gerações. (TRIGUEIRO & KNOX, 2013, p. 10).

Seguindo neste sentido, para além das diferentes estratégias adotadas pelos pescadores para o convívio com os grandes empreendimentos que se instalaram na região, convém realizar uma reflexão acerca dos diferentes ciclos de desenvolvimento pelos quais passou o Espírito Santo, possibilitando a constituição desse cenário.

1.6. Espírito Santo e o cenário da Industrialização

Sendo o Espírito Santo um estado que tem seu marco de industrialização na segunda metade do século XX graças à vinda de grandes empreendimentos – portuários, siderúrgicos e de celulose – as mudanças geradas a partir desse marco sempre deram um bom ponto de partida para reflexões e investigações científicas.

Os próprios documentos oficiais do Estado apontam para a importância socioeconômica desse processo. Em um processo desenvolvimentista guiado pelo Estado chamado de “Plano Nacional de Desenvolvimento” (PND), plantas industriais passaram a ser planejadas e instaladas no Espírito Santo. Vieram para o estado projetos como a Companhia Siderúrgica de Tubarão (antiga CST, atual ArcelorMittal), a Companhia Vale do Rio Doce (extinta CVRD, atual VALE), a SAMARCO Mineração e a própria Aracruz Celulose (atual FIBRIA). Enquanto as duas primeiras são localizadas na divisa do município da Serra com o município de Vitória, as outras duas são localizadas respectivamente nas cidades de Anchieta (sul do estado) e Aracruz.

Em um diagnóstico acerca das mudanças desencadeadas pelos PND’s o livro “Trajetória Político-Institucional do Estado do Espírito Santo”, publicado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) nos diz que:

[...] a partir de meados da década de 1960, no contexto da aceleração do desenvolvimento industrial ocorrido no Brasil, a trajetória da economia estadual, constituída predominantemente por relações familiares de produção, sofreria mudanças substanciais. A economia estadual seria inserida nos novos circuitos de expansão e acumulação do capital, tendo a industrialização como principal vetor desse processo. Com isso, a economia passou a crescer a taxas superiores as da economia nacional, o que veio produzindo significativos impactos na dinâmica social, econômica, política e cultural do Estado (IJSN, 2010, p. 30).

Frutos de uma bem sucedida articulação entre interesses regionais e nacionais, os Planos Nacionais de Desenvolvimento se desenrolaram em um ambiente político de pouca participação ou transparência, o que impedia a maior

participação da sociedade brasileira nesses empreendimentos e a discussão das suas consequências (LOUREIRO, 2006).

Para ANETE IVO (2012) a ação dirigida pelo Estado à época da ditadura não superaria a concentração de renda, propriedade e poder. Esse debate de caracterização da modernização brasileira realizada a partir do modelo desenvolvido pelos militares (a chamada modernização autoritária) foi permeado por críticas ao seu caráter conservador. Nas palavras da autora:

Esse caráter se vincula e se restringe ao progresso técnico e ao crescimento econômico altamente concentrador, sem mudança significativa da distribuição de renda e das relações políticas e sociais assentadas numa cultura política patrimonial e autoritária. Essa crítica singulariza a questão social em países caracterizados por extrema pobreza, altos índices de desigualdades sociais e por um Estado de Bem-estar incompleto, como o Brasil, que deixou à margem da cidadania a maioria dos trabalhadores brasileiros, fora da proteção dos direitos do trabalho, reduzidos à condição de reprodução da vida no nível de pura sobrevivência. (IVO, 2012, p. 94).

As consequências desse modelo de desenvolvimento caracterizado como modernização conservadora abrangeriam um amplo espectro da vida nacional. Dimensões sociais políticas e institucionais se moldariam a partir da necessidade de legitimar o modelo concentrador de renda e poder. O efeito óbvio desse movimento é a ampliação do padrão de desigualdade “o que, no caso brasileiro, produziu uma massa de excluídos e padrões de desigualdade de renda extremamente elevados entre trabalhadores, grupos e ou regiões” (IVO, 2012, p. 195).

No Espírito Santo, segundo diagnóstico realizado pelo “ES 2025” – planejamento elaborado por um conjunto de empresas consorciadas na organização Espírito Santo em Ação, e que tem norteado o planejamento de ações do Estado para o desenvolvimento – que aponta “um conjunto de impactos negativos” caracterizados como “cicatrices no tecido social”, um cenário que poderia ser traduzido da seguinte forma:

Excelentes indicadores econômicos ao lado de baixos indicadores de escolaridade, longevidade e acentuada desigualdade social, resultando em crescentes índices de violência, revelam que, no Espírito Santo, o “econômico” e o “social” trilharam rumos diferentes,

com uma distribuição desigual dos benefícios gerados pelo ciclo de desenvolvimento (MACROPLAN, 2006, p. 21).

Em um contexto mais urbano e conhecido, é exemplar o caso da Grande Vitória que sofreu os impactos da instalação da Companhia Vale do Rio Doce e da Companhia Siderúrgica de Tubarão em meados da década de 1970. Com a população da capital triplicando, a favelização era um dos aspectos mais evidentes de uma população que se via desprovida de fonte de renda e condições mínimas de habitação e sobrevivência. (RABELO, 2003)

Se por um lado na capital, pela facilidade de alocação de recursos – financeiros e humanos – a elaboração de projetos para contingenciar os impactos advindos dessa expansão industrial começa ainda na década de 1980, com medidas como a criação da Secretaria de Meio Ambiente de Vitória e o Projeto Terra, por exemplo, (RABELO, 2003), por outro lado, nas regiões interioranas que receberam grandes projetos, como Aracruz (a cidade de Anchieta também poderia ser citada), esses impactos se mostraram mais difíceis de serem combatidos ou revertidos, dado o baixo grau de organização do poder público.

Discutindo os impactos dessa relação entre Estado e grandes projetos, Marilda Telles nos aponta que na região de Aracruz:

O discurso desenvolvimentista empresarial respaldado pelo Estado estimulou uma migração enorme de trabalhadores em busca da promessa de emprego, principalmente por ocasião das implantações das fábricas de celulose. Hoje, encontra-se milhares de ex-trabalhadores, muitos mutilados pelo trabalho danoso (acidentados motosserristas, por ex.), que foram demitidos como resultado de um processo violento e nefasto de automatização e terceirização. A perda da dignidade dessas pessoas é explícita quando constatada a existência de um alto índice de prostituição infantil nos bairros onde os ex-trabalhadores residem, como é o caso da comunidade de Barra do Riacho em Aracruz, vizinha do complexo fabril e onde situa-se o porto da empresa (Portocel) (MARACCI, 2005, p. 2).

Salientamos ainda que contribuíram para esse cenário o baixo grau de organização das comunidades diretamente atingidas pelo processo, à falta de legislação específica e a ausência de órgãos ambientais reguladores. Nesse sentido, acerca desse limite institucional da industrialização dirigida pelo

governo ditatorial, Zorzal nos diz que “mais do que isso, os grandes interesses que aqui aportaram investiram pouco no sentido de garantir um padrão político e institucional condizente com a magnitude das mudanças em curso na sociedade e economia capixaba.” (ZORZAL, 2010, p. 37).

Dessa forma, compreendemos que se por um lado às implicações de um desenvolvimento de cima para baixo acentuou o caráter excludente, patrimonialista e hierarquizador da sociedade no Espírito Santo – gerando um insulamento da classe empresarial e política diante do restante da população – por outro, essas novas formas de apropriação do espaço implicariam também em duros revezes para as populações que dependiam de uma relação privilegiada com o ambiente para a manutenção de seu modo de vida.

Se à época da ditadura militar esses conflitos tendiam a se manter submersos no ambiente de baixa participação democrática, o novo momento do desenvolvimento vivido no Espírito Santo lança luz sobre essa discussão, a partir do momento em que são acionadas instituições públicas, privadas e atores locais diante de novos grandes projetos industriais em vias de instalação.

Nesse sentido a trajetória e os discursos evocados pelos atores que representam cada um desses setores explicitam os dilemas que cercam o debate desenvolvimentista e a valoração dos recursos naturais a partir de diferentes perspectivas – a do poder público que visa retomar o protagonismo do Estado no planejamento econômico, perdido durante a década neoliberal; dos técnicos que se fazem porta-vozes do empreendimento durante a fase de licenciamento; e das populações que são diretamente atingidas no seu cotidiano econômico, social e cultural pela expansão do desenvolvimento.

A despeito destas populações apresentarem muitas vezes um domínio e conhecimento sobre os locais de instalação de grandes projetos maiores que os próprios técnicos responsáveis pelo mesmo, desenvolvendo um *“conhecimento sofisticado da dinâmica dos ecossistemas e pela criação de*

sistemas eficazes e ecologicamente sustentáveis de manejo da flora e da fauna” (DIEGUES, 1997, p.12) esse tipo de saber não só tende a ser desconsiderado mas, em casos mais extremos como o da instalação de grandes projetos, essas mesmas populações se veem expropriadas do território no qual desenvolvem suas atividades econômicas sociais e culturais seu território (DIEGUES, 1997).

1.7. A terceira “onda de desenvolvimento” e a Barra do Riacho

O novo momento pelo qual passa a economia do Espírito Santo dá novo fôlego a esse debate. Como na analogia da bicicleta – que só se mantém em equilíbrio enquanto em movimento – a vinda de novos empreendimentos para a região não só não é problematizada ante os impactos sociais e ambientais causados, mas pelo contrário, desejada, sempre sob o mesmo argumento da geração de novos empregos e novas oportunidades de trabalho.

Esse novo momento do desenvolvimento local, alicerçado em novos empreendimentos – portos, siderúrgicas e empresas da cadeia produtiva do petróleo e gás – elegeu o litoral do Espírito Santo como local privilegiado para a sua realização. Segundo o documento Espírito Santo 2025:

Passados os ciclos do café e da industrialização, no limiar do século XXI teve início o terceiro ciclo de desenvolvimento da economia capixaba, com a intensificação das pesquisas e a descoberta de novos e promissores campos de exploração de óleo e gás. Esta nova etapa do processo de desenvolvimento do Espírito Santo tem um grande potencial para provocar mudanças significativas na economia local. (MACROPLAN, 2006, p. 20).

A despeito das discussões sobre transferência de renda e conquista de direitos de minorias, que parecem ter avançado nos últimos anos – desde a derrota eleitoral do projeto neoliberal ao fim do governo Lula, que posicionou a economia brasileira no atual momento de nacional-desenvolvimentismo – omite-se a discussão sobre a distribuição desigual de poder político e econômico entre as classes, segmentos e populações em suas participações no drama desenvolvimentista (RIBEIRO, 1991).

Além disso, a ênfase na economia do petróleo e o socorro do Estado via o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) de outros empreendimentos como a FIBRIA (consórcio formado pela Aracruz Celulose, Grupo Votorantim e BNDES após a virtual falência da Aracruz Celulose) deixam nítida a ênfase no comércio internacional de *commodities* como vetor do desenvolvimento Brasileiro. Segundo Caio Bugato:

Nos últimos anos no espaço econômico nacional o BNDES vem aumentado sua influência na economia por meio de processos de participação e de fusão e de aquisição de empresas, feitos pelo BNDESPar. O banco participa do capital de empresas como Petrobras, Vale, Eletrobras, CPFL e Oi, bem como de pequenas e médias empresas de base tecnológica. O BNDES tem ações de 58 empresas das quais é sócio, e cadeiras em 28 conselhos de administração em nove conselhos fiscais (BUGATO, 2013, p. 10).

Atualmente estruturas estão sendo construídas, por exemplo, na região litorânea sul, para suprir as demandas da exploração da camada pré-sal na região, como é o caso do terminal portuário Itaoca *Offshore*, já licenciado e em vias de instalação no município de Itapemirim. Além disso, a chamada “terceira onda” já é responsável pela construção do gasoduto Cacimbas-Vitória, que escoar a produção de gás natural do norte do Espírito Santo, além do Terminal de Armazenamento da Barra do Riacho, em Aracruz, responsável pelo armazenamento e distribuição do gás natural que é a partir daí distribuído por navios ou caminhões. Toda essa operação é de responsabilidade da estatal brasileira de petróleo, a Petrobras. Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves:

Além disso, é importante observar que são previstos diversos investimentos de grande porte para o município nos próximos anos, que contribuirão decisivamente para o crescimento e a diversificação da economia no município. Entre outros, são investimentos nas áreas de petróleo e gás, celulose e papel, estaleiro naval e porto (IJSN, 2010, p. 32).

Talvez a mais vultosa obra desta “terceira onda” seja a instalação do EJA, cercada de polêmicas, desde o seu anúncio até a execução da obra. O processo de licenciamento foi causa de protesto dos servidores do órgão ambiental responsável, o Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA), que se

posicionaram contra a emissão da licença por julgar que os estudos realizados eram insuficientes. No entanto, a pressão política pela execução do projeto encontrou terreno fértil na direção do órgão, que emitiu a licença contrariando os laudos técnicos produzidos pelos profissionais daquela instituição.

A intermediação do poder público pela instalação dos empreendimentos ficou evidente na Audiência Pública de instalação do EJA, onde as palavras da então diretora do instituto responsável pelos estudos ambientais no Espírito Santo registrada em ata foram que:

O IEMA está dando um tratamento diferenciado a esse processo, pois, trata-se praticamente de uma concorrência entre os estados brasileiros. As características desse empreendimento interessam ao Estado; serão gerados uma quantidade significativa de empregos mesmo depois na Operação, vai diversificar a economia do Estado, será de longa duração (IEMA, 2010, p. 3).

Esse posicionamento da direção do IEMA nos faz refletir acerca da orientação do estado do Espírito Santo, enquanto ente federativo, diante do novo momento econômico pelo qual passa o Brasil. Numa afirmação que explicita a concorrência entre estados em busca dos grandes empreendimentos, o papel do órgão regulador das questões ambientais parece haver se confundido com aquele que seria mais logicamente atribuído a uma Secretaria de Desenvolvimento Econômico e/ou Industrial.

Sobre esse processo de “naturalização” dos conflitos decorrentes da expansão capitalista – seguindo o vetor “neutro” do desenvolvimento “inevitável” - Ribeiro nos diz que:

[...] desenvolvimento enquanto uma noção universalmente desejada provê um rotulo neutro para se referir ao processo de acumulação em escala global usando o “desenvolvimento”, ao invés de acumulação ou expansão, uma conotação indesejável é evitada: a diferença de poder entre as unidades do sistema (intra ou inter estados nações) em termos econômicos, políticos e militares. Essa característica tem sido a causa de uma tautologia, uma espécie de raciocínio que atribui a culpa da vítima, que pode ser exemplificada por uma afirmação arquetípica como a que segue: “Eles são subdesenvolvidos porque não acreditam em desenvolvimento (RIBEIRO, 1991, p. 68).

Nesse sentido a performance do poder público diante dos possíveis empreendimentos em instalação na região torna-se mais um ponto a ser levado em consideração quando do planejamento dos consórcios responsáveis pela realização dos mesmos. O que não deixa de ser uma contradição em termos já que, como vimos acima, mesmo os órgãos responsáveis pela garantia do direito constitucional de um ambiente saudável para todos, se revela como um agente de empreendimentos que conduzem justamente para o oposto daquele que prevê a constituição.

Se por um lado as garantias ambientais são postas em xeque pelo entusiasmo demonstrado pela direção do IEMA, descobrindo a população atingida das garantias que aquele órgão deveria dar ao seu bem estar associado a um ambiente (mais ou menos) em equilíbrio, por outro lado a atitude é incensada e louvada pelo consórcio empresarial estabelecido pela iminência da vinda do empreendimento.

Nas palavras que constam no Estudo Prévio do EJA o relacionamento com o poder público é a segunda das seis razões elencadas para a construção do estaleiro no estado do Espírito Santo, conforme citadas a seguir:

Posição estratégica para atender aos campos de produção das bacias de Santos, Campos e Espírito Santo; apoio político para a instalação do estaleiro, boa comunicação com as autoridades ambientais, transparência nas relações governamentais institucionais, transferência da titularidade da terra e logística (CTA, 2010, p.18).

O que assistimos, portanto, é a construção de uma nova sinergia entre o poder político local e grupos empresariais estrangeiros (O grupo Jurong é de Cingapura) no intuito de garantir a viabilidade dos empreendimentos na região. Assim, se por um lado durante a execução dos Planos Nacionais de Desenvolvimento na época da Ditadura, a participação popular na discussão desses empreendimentos era contida pela ausência de instituições democráticas, de órgãos públicos ambientais e de legislação específica, hoje a participação em audiências públicas, manifestações e mobilizações contra esses empreendimentos parece haver encontrado nas instâncias responsáveis pela permeabilidade do Estado a essas demandas, ouvidos moucos.

Nesse aspecto, concordamos com Ribeiro (1991) e Faoro (1992) que, assim como Rist (2008) apontam que a compreensão acerca desse processo tende a variar, a depender do ponto de vista adotado. Essas diferentes perspectivas advêm da noção de que existem sujeitos ativos, que planejam o desenvolvimento – geralmente contando com um suporte técnico cientificamente qualificado – e que existem outras pessoas que desempenham o papel de sujeitos passivos desse processo de planejamento – e, portanto transformadas em “objetos dos imperativos do desenvolvimento” (RIBEIRO, 2008).

Para os pescadores artesanais, por exemplo, a instalação do Estaleiro Jurong é duplamente negativa: se por um lado impacta sua vivência em terra trazendo para a região da Barra do Riacho um contingente populacional que exacerba problemas já existentes na região como: tráfico de drogas, prostituição (e prostituição infantil), aumento das ocorrências policiais e de acidentes na rodovia ES-010, principal via rodoviária da região; por outro lado o EJA avança diretamente sobre o território pesqueiro, instalando sua estrutura marítima sobre os pesqueiros tradicionais na região.

Consoante a essas perspectivas de desenvolvimento, a Barra do Riacho segue carente de estruturas básicas de atendimento, como apontado em entrevista realizada com o presidente da Associação de Pescadores da Barra do Riacho (APBR):

A Barra do Riacho hoje, ela que foi uma situação calma, passou por uma situação bem, bem difícil. Hoje a prostituição aqui é bem maior. Criminalidade é grande, drogas é muito grande, a prostituição. Quer dizer essas coisas tudo aumentaram aqui assustadoramente. E o pessoal que não era acostumado com isso é obrigado a conviver com isso. Agora o que agente fica triste é que a prefeitura, o governo do estado quer trazer as indústrias, mas não prepara o município para receber, não prepara o local para receber, só pensa no imposto. Tinha que preparar o que vai fazer. Não aumentaram hospital, não aumentaram nada (PRESIDENTE DA APBR, 2011).

Neste sentido a “Terceira Onda” do desenvolvimento capixaba parece estar também em consonância com as premissas citadas por Henri Acselrad, em “Justiça Ambiental e Cidadania” (2004) de que grandes projetos de

desenvolvimento tendem a se instalar em localidades onde a população é mais pobre, tem menor grau de organização e onde há mais carência de políticas públicas.

Todavia, os impactos sobre a pesca enquanto atividade tradicional na região não são desconsiderados nas discussões dos impactos gerados pela instalação do empreendimento na região. Em processo litigioso, onde o Ministério Público Federal ajuizou ação contra o licenciamento do empreendimento, os impactos na atividade são constatados e explicitados:

[...] ficou constatada a utilização daquele local como ponto importante para comunidades indígenas e pescadores artesanais pescarem camarão e outras espécies de pescado que se aglomeram naquela área de couraças lateríticas para obtenção de seu alimento (MPF, 2010, p. 112).

Além desse espaço que será inviabilizado para o exercício da pesca, com a construção das estruturas físicas oriundas dos portos e do Estaleiro, outras zonas de interdição à navegação e pesca também são uma realidade com a qual os pescadores já são obrigados a lidar.

Assim, o transporte do eucalipto do sul da Bahia para a fábrica da Fibria se dá através de barcaças, em cujo trajeto os pescadores não podem aportar ou lançar redes, tendo em vista o risco inerente às pequenas embarcações de ser atropeladas pelas barcaças, assim como a possibilidade de perder seus apetrechos, conforme nos conta o pescador:

Perigoso isso aí. Esse tempo atrás aí nós tivemos até uma reunião com o pessoal aí da antiga Aracruz né. Porque a barcaça veio e os barcos tavam ancorados né. Quando tá ancorado, começa. Fica o dia inteiro naquele lugar ali. Chega, amassa camarão, peixinho, jogar engodo para o peixe pro peixe a juntar e começar a pegar. Aí não sai da frente não. Aí o cara da barcaça “ó, se você não sair da frente vou passar por cima hein (Entrevista realizada em março de 2015)

A proliferação de plataformas de petróleo também implica em restrições à pesca, possuindo essas uma zona de exclusão de navegação. Essa restrição por muitas vezes é desrespeitada pelos pescadores, que afirmam que as

plataformas acabam se transformando em sumidouros dos pesqueiros das imediações, tendo em vista que os peixes são atraídos pela sombra da plataforma na água, assim como pelos resíduos orgânicos lançados no mar pela mesma.

Embora não pretenda me estender sobre essa seara, a demarcação de reservas naturais marítimas, uma novidade no estado do Espírito Santo, também implica em restrições à pesca. Nesse aspecto, salientamos que uma grande Área de Proteção Ambiental (APA) se estende desde a foz do rio Riacho ao bairro de Costa Bela, em Jacaraípe. Apesar dessa APA em si, implicar em poucas restrições ao exercício da atividade pesqueira, pois é categorizada pelo uso sustentável, de acordo com Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no centro desta APA existe outra Unidade de Conservação (UC) mais restritiva a atividade da pesca, como é o caso da UC Refúgio da Vida Silvestre (REVIS), chamada Costa das Algas. Sendo esta uma ampla área de exclusão para a atividade pesqueira na região. Embora haja um conselho gestor dessa Unidade de Conservação, da qual os pescadores façam parte, a sua implementação pouco parece ter andado.

Neste sentido, afirmações no sentido de resguardar o território tradicional da pesca é posto em xeque diante de várias outras demandas; tanto diante da expansão portuária/industrial, quanto do possível enrijecimento da política ambiental (que parecem muitas vezes caminhar juntos). Ainda são frequentes as reclamações acerca da pesca predatória, identificada pela presença das Traineiras – grandes barcos geralmente de fora do Estado que possuem uma capacidade pesqueira muito superior à dos pescadores artesanais – e mesmo de outros pescadores artesanais que frequentam os pesqueiros da região, extremamente fértil em camarão.

Diante do cenário descrito para a pesca artesanal, outra questão que surge é: como uma atividade tão tradicional no estado – que se vale da maritimidade para reificar sua identidade tão ligada à moqueca capixaba e a panela de barro, por exemplo – é desconstruída sistematicamente a partir de opções de investimento do próprio estado que, nesse novo momento do desenvolvimento

econômico, planeja, investe e executa grandes projetos industriais que inviabilizam a manutenção da atividade alicerçada em recursos pesqueiros em tese renováveis em favor da exploração de um recurso não renovável e exponencialmente poluente, como o petróleo? A presença de grandes projetos, e o planejamento de novos empreendimentos na região, como vimos, é a tônica que permeia os documentos oficiais sobre a região.

É nesse contexto que as estratégias adotadas pelos pescadores artesanais para se relacionarem com esses grandes projetos são escolhidas para o desenvolvimento desse trabalho. Ao passo que a atividade pesqueira vai se tornando mais restrita (embora ainda empregue um contingente considerável de pessoas seja diretamente na pesca, ou na cadeia distributiva que se desenvolve a partir daí), como reagem os pescadores?

1.4. A Pesca Artesanal e os Empreendimentos na Barra do Riacho

Nesse aspecto, identificamos que a quantidade e a sobreposição desses impactos sobre a atividade pesqueira tem sido deflagradora de várias ações por parte dos pescadores diante dos empreendimentos. Por exemplo, diante de impactos na atividade causados pela Fibria, por duas vezes os pescadores artesanais da Barra do Riacho já ocuparam o PortoCel, responsabilizando a empresa e as barragens que a mesma mantém no Rio Riacho para o abastecimento da sua fábrica pelo assoreamento que impedia a saída dos barcos de pesca para o mar.

O relato abaixo, do presidente da associação de pescadores, descreve esse processo de ocupação do PortoCel:

Aí nós fomos e ocupamos a Fibria. Fechamos mesmo. Nunca ninguém tinha feito isso aqui. Então chegamos lá, fechado, o pessoal deles veio ficou tudo maluco porque nunca tinha visto... Fizemos o seguinte ficamos lá, até chegar às máquinas para abrir a boca do rio. Quando abrisse nós sairíamos. Nosso primeiro trato foi só esse. Aí ficamos lá até umas cinco horas, dia todo até as cinco horas. Caminhão tudo lotado lá, tudo do lado de fora. Nem a comida nós

deixamos passar. Então chamaram o, falaram com o prefeito, o prefeito no instante mandou chamar as máquinas. Então mandou as máquinas [...] Agora se fechar novamente e vocês não tomar providencia agente vem novamente. Felizmente, infelizmente, um mês depois novamente fechou. Novamente (ocuparam o porto), mas dessa vez fomos com mais, aí já foi umas 300 pessoas. Não só os pescadores, mas as famílias dos pescadores, mais algumas pessoas solidárias. Aí nós fechamos mesmo e falamos que só saíamos daqui com um contrato. E nós ficamos mesmo, ficamos de manhã até quase a noitinha nós ficamos lá. Aí veio o prefeito “não você pode deixar que de agora em diante” aí nós fizemos um contrato que toda vez que fechar nós da associação comunicávamos ao secretário, na época da agricultura e ele imediatamente mandaria a máquina (Presidente da Associação de pescadores da Barra do Riacho, 2011).

Em outro momento, o conflito deflagrado pela apreensão de redes de pesca de uma maneira considerada injusta pelos pescadores da Barra do Riacho, resultou em uma manifestação às portas da sede do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) em Vitória. Um aspecto interessante a ser considerado nesse outro momento de conflito é o aluguel de um ônibus pela então Aracruz Celulose para a ida dos pescadores à capital. O processo é descrito por um pescador da seguinte maneira:

Na época primeira vez eles tomaram a rede do pessoal. Seis redes balões. Era uma sexta feira, aí nos fomos pro PORTOCELL. Era um tal de Iberê. Não sei se ele ainda tá lá. Aí nós tivemos um arranca rabo com a Polícia Federal. Aí eles tavam com a caminhonete, os caras com a metralhadora tudo em pé. E os caras com o balão em cima da caminhonete. Aí falaram assim “Ademar, autoriza aí nós subir em cima da caminhonete, vamo tomar o balão, vamo pegar tudo.” Aí eu falei não, calmaí. Vamos conversar primeiro, e os caras tão tudo armado. Ó hoje é sexta-feira aí segunda-feira vocês vão lá no IBAMA pra gente resolver. Aí conversamos com o pessoal da Aracruz e eles deram um ônibus pra gente. Aí fomos pra lá. Lá foi feito o negócio. Nós levamos cinqüenta homens. Prendemo eles lá da nove da manhã até as nove da noite. Até a hora que a Polícia Federal numa veraneio, os caras desceram assim, subiram tudo armado. Aí o delegado desceu e perguntou “quem é o responsável pelos pescadores”? Sou eu. Era eu e o Juarez né. Falei somos nós. Aí conversamos com ele. “Vou lá em cima ver que eu resolvo pra vocês.” Aí subiu, vinte minutos eles desceu. “Pode ir embora, quarta-feira eles vão devolver o balão de vocês.” Aí vieram, tinham pego seis balões, devolveram oito (Risadas) (Ademar, 2011).

O que se observa é que, diante de situações consideradas injustas e extremas – como a impossibilidade de sair para pescar em decorrência do assoreamento

da foz do rio Riacho, ou da apreensão do material de trabalho – que impossibilitam a pesca artesanal, a solidariedade entre os pescadores toma a forma de uma ação coletiva, na busca pela reparação do dano causado.

Além desses conflitos descritos, outros, mais recentes, mostram também como a relação com os empreendimentos pode ser vista de maneira dúbia. Se por um lado a chegada da Jurong traz consigo mais impactos diretos sobre a atividade, por outro permite que certas ações, antes impensadas, tomem lugar. Como, por exemplo, uma faixa criticando a Fibria pelos impactos causados à atividade pesqueira em uma festa realizada pelos pescadores; festa essa que contou com o patrocínio de outros empreendimentos instalados na região como a Petrobrás e a Jurong.

Apesar desses exemplos, a relação dos pescadores com os empreendimentos geralmente foge do conflito aberto. Reconhecendo a assimetria de poder na relação, onde os pescadores se veem como “pequenos” e pouco importantes diante do poderio político e econômico das empresas, a relação tende a ser uma diplomacia exercida na maior parte das vezes por seus representantes legais, das associações de pescadores. Esse tipo de postura fica evidente nesse outro relato do presidente da associação de pescadores:

Nós não podemos ir contra. Infelizmente eles são mais poderosos. Quem sou eu? Chefe de uma associação de pescadorezinhos, querer ir contra uma JURONG, uma TRANSPETRO, uma PETROBRAS. Mas também procuramos tirar o máximo que pode para os pescadores. Nós temos que entrar na justiça contra determinadas injustiças e nós vamos fazer isso aí, vamos entrar na justiça se necessário for para recuperação das perdas dos pescadores aqui da Barra do Riacho (Marinaldo, 2011).

1.5. A NEGOCIAÇÃO

Diante desse cenário de desastrosos impactos no ambiente natural, transformações sociais e culturais também vão ocorrendo na atividade pesqueira. Assim, o pescador, o indivíduo que possui o saber e os meios necessários para ir ao mar encontrar o peixe, e voltar à terra em segurança

para comercializá-lo, vai ficando refém da sua própria inviabilidade, dependendo cada vez mais de discursos e performances que garantam o acesso à benefícios (em especial financeiros) oriundos da força da sua representação junto ao Estado.

Nesse sentido, outras habilidades passam a ser valorizadas, como a capacidade de proferir um discurso eloquente, comportar-se de acordo com o exigido nos espaços públicos decisórios (como audiências públicas) e manter um bom relacionamento com os representantes dos empreendimentos. Isso acaba gerando mais distinções nos grupos pesqueiros, onde a desconfiança dos seus próprios representantes parece aumentar na medida em que essa distinção de hábitos, trejeitos e rotina força suas lideranças a uma atividade mais burocrática e menos ligada à pesca em si.

A licença de pescador, apesar de obtida junto ao Estado, especificamente ao Ministério da Pesca (MinP), é intermediada pelas entidades representativas dos pescadores, a saber as Colônias de Pesca e Associações de Pescadores. Existem entidades de ambos os tipos na Barra do Riacho, e a rivalidade entre elas é de tal monta que dificilmente você encontrará representantes das duas entidades na mesma reunião.

Com isso, a posse desse documento – que também pode implicar na renúncia a outros empregos de carteira assinada – aparece como peça fundamental na relação dos mesmos com os empreendimentos. Ao passo que o registro limita suas opções no mercado fora da pesca – levando inclusive muitos pescadores a manterem-se na ilegalidade – por outro lado garante o acesso ao auxílio defeso e, no caso específico da Barra do Riacho, indenizações periódicas no valor de um salário mínimo referentes à instalação do EJA.

Nesse sentido, o relacionamento com a expansão industrial via grandes projetos acaba ensejando também uma saída digna para a manutenção econômica dessas famílias, pelo menos entre aqueles que conseguem estabelecer algum tipo de trânsito entre as atividades pesqueira e industrial. Muitos recorrem ao trabalho nas indústrias ou na construção civil em épocas de

maior dificuldade para o exercício da pesca. Como podemos observar no seguinte relato obtido junto a um pescador da Barra do Riacho:

Eu comecei a pescar com uns 13 anos né. Aí depois completei 18 anos, aí trabalhei muito tempo fora, trabalhei uns 15 anos empregado, aí depois voltei a pescar de novo. Trabalhei na Christian Wilson né, trabalhei topografia né. Trabalhei aqui, em Vitória, Rio Grande do Sul. Trabalhei 5 anos no RS. O nome da cidade era Rio Grande, 370 km sul de Porto Alegre (Ademar, 2011).

A posse de um conhecimento específico – o da variação das marés, do vento e do comportamento do peixe – nesse caso vale menos do que a licença da marinha para a condução de embarcações, reduzindo a existência dos pescadores artesanais ao seu registro junto ao Estado, e a percepção dos mesmos pelos estudos prévios dos empreendimentos, que os enquadrarão como “impactados” ou “não impactados” pela instalação do mesmo.

Se por um lado, os agentes públicos do desenvolvimento (mesmo entre aqueles em tese responsáveis pela mensuração dos impactos ambientais na região) e os consórcios responsáveis pelos empreendimentos aparecem como planejadores do futuro daquela região à qual são alheios, os pescadores artesanais da Barra do Riacho aparecem como expectadores do processo desenvolvimentista, no qual tem pouca força decisória dada a disparidade existente entre os níveis de especialização, capitalização e operação existentes no mesmo. Tomando emprestadas as palavras de Ribeiro (2008):

A existência desses dois tipos de sujeitos mostra que a apropriação das iniciativas desenvolvimentistas depende altamente de duas variáveis diferentemente distribuídas internamente ao drama desenvolvimentista. Uma é acesso a poder, a ser capaz de controlar seu próprio ambiente e evitar ser o objeto da vontade de *outsiders* ou dos imperativos de forças estruturais expansionistas e sem rosto. A outra é acesso a conhecimento e informação que capacitem os atores a entender o que está acontecendo e, mais importante ainda, o que vai acontecer com eles. (RIBEIRO, 2008, p. 122).

Nesse sentido, para além da inversão também discutida por Ribeiro (2008) entre *insiders* e *outsiders* na iminência da realização de grandes projetos de desenvolvimento, os pescadores artesanais da Barra do Riacho passariam por

um duplo processo de expropriação. Submetidos em uma relação de poder que lhes é prejudicial, eles não só se veem na iminência de perder o território no qual desenvolvem suas atividades, mas também são expostos a meios decisórios que fogem ao seu léxico habitual de ação. Como diz Leonardo Bis:

Populações que não dominam mecanismos retóricos amplamente aceitos na sociedade ou no(s) campo(s) de atuação, enfrentam obstáculos – às vezes intransponíveis dadas as condições – no processo de legitimação de suas ações. No caso de populações com fortes vínculos com os ciclos ambientais, em comparação com discursos científicos e técnicos pautados em preceitos positivistas, a desqualificação das ações e dos discursos são constantes (BIS, 2009, p. 136).

Nesse aspecto, as audiências públicas, os processos de licenciamento, e os documentos públicos referentes aos impactos previstos pelos empreendimentos são realizados nos termos daqueles que os propõem; a saber: o poder público representado principalmente pelos órgãos responsáveis pelos licenciamentos seja no âmbito federal (IBAMA) ou estadual (IEMA); e ainda os consórcios representados pela empresa contratada pelo mesmo para executar o licenciamento.

Esses licenciamentos são fundamentados em um saber científico que como tal tende a medir, classificar e relacionar aspectos do ambiente e da sociedade em questão; estando, portanto ancorados em uma racionalidade que se pretende universal, acabam passando por cima daqueles que não se enquadram perfeitamente nessa mesma racionalidade. Nesse sentido, fazendo coro a Bourdieu (1979), que descreve esse conflito de racionalidades da seguinte forma:

Aqueles que colocam a pergunta ritual dos os obstáculos culturais ao desenvolvimento econômico interessam-se de modo exclusivo pela “racionalização” das condutas econômicas e descrevem como resistências, imputáveis somente à herança cultural, todas as omissões para com o modelo abstrato da “racionalidade” tal como a define a teoria econômica. Paradoxalmente, a mesma filosofia do desenvolvimento econômico que reduz a antropologia a uma dimensão da economia produz a ignorância das *condições econômicas* que determinam a adoção de um comportamento econômico “racional” e pretende que o homem das sociedades pré-capitalistas acabe se convertendo em homem “desenvolvido” para

poder desfrutar das vantagens econômicas de uma economia “desenvolvida” (BOURDIEU, 1979, p. 11).

Sem querer atribuir aos pescadores uma existência pré-capitalista – negada inclusive por eles que também enxergam a inclusão na sociedade de consumo como um valor almejado – também não podemos desconsiderar que a atividade pesqueira implica em uma relação com o ambiente que extrapola a racionalidade econômica que jaz por detrás do planejamento econômico.

Mais do que isso, a relação diferenciada dos mesmos com os recursos em disputa implica em uma dependência maior dos mesmos que condicionaria a sua própria existência. Se, por um lado atividades industriais têm por característica justamente sua possível replicação, em diferentes espaços, por outro o pescador que aprendeu a pescar em determinado lugar e com determinados modos de pesca, provavelmente terá dificuldades em adaptá-las a outro lugar. Em um caso mais extremo, mesmo a disposição para o abandono da pesca em favor do ingresso na atividade industrial acaba por esbarrar em outro fator limitante: o acesso à educação formal e qualificação profissional. Nesse sentido, o seguinte relato é exemplar desse limite:

Porque geralmente o pescador pra pesca, deixa de ser pescador. Pra ser pescador ele tem que viver só da pesca. Agora os filhos conseguem. Conseguem um ou outro né, porque depende da qualificação né. Porque hoje eles estão exigindo qualificação que agente não tem. Traz um monte de indústria pra cá, era uma comunidade pesqueira, passa a ser uma comunidade industrial E a qualificação? Não tem. Agora que eles estão procurando qualificar, mas agora, daqui há dez anos, já era (Vicente, 2011).

A tônica da participação dos pescadores artesanais da Barra do Riacho diante das mudanças impressas pela “terceira onda” de desenvolvimento capixaba suscita a discussão de Pierre Bourdieu acerca das tensões subjacentes ao fenômeno, que para o autor:

A adaptação a uma ordem econômica e social, qualquer que ela seja, supõe um conjunto de conhecimentos transmitidos pela educação difundida ou específica, ciências práticas, solidárias a um *ethos* que permitem agir com razoáveis probabilidades de sucesso. (BOURDIEU, 1979, p.18).

Por outro lado, ao passo que a ausência de qualificação se coloca como um impedimento para a participação dos pescadores (e outros setores da população da Barra do Riacho, que também não tiveram acesso ao tipo de educação exigida para o engajamento nos empreendimentos) no empreendimento, por outro lado este último não se paralisa diante da ausência de mão de obra qualificada na região, pois tem condição de alocar essa mão de obra qualificada oriunda de outras localidades. Nesse sentido, Gustavo Lins Ribeiro nos diz o seguinte:

Como cultura e educação são determinantes estruturais dos modos de vida das sociedades, e não mudam no ritmo que os projetos de desenvolvimento requerem, expatriados ou outsiders de outras regiões de um mesmo país são freqüentemente enviados para compensar deficiências locais. Seu compromisso com a vida local é temporário. Eles são usualmente membros de redes que se reproduzem em níveis de integração nacionais, internacionais e transnacionais (RIBEIRO, 2008, p. 21).

Diante desse cenário de modernização e desenvolvimento econômico na Barra do Riacho, podemos afirmar que os pescadores exercem cada vez menos o domínio acerca das condições nas quais desenvolvem suas atividades tradicionais. Mais do que isso, acompanham uma mudança na Barra do Riacho que implica também no surgimento de novos atores – *outsiders* transformados em *insiders* graças ao melhor posicionamento no ciclo de desenvolvimento econômico que se delineia com a chegada dos novos empreendimentos.

Neste aspecto, torna-se relevante resgatarmos nesse debate, as formulações de Norbert Elias (2000) das quais se valeu o próprio Gustavo Lins Ribeiro ao refletir sobre as relações díspares de poder existente entre grupos estabelecidos e *outsiders* no que tange ao cenário de implantação de grandes projetos indústrias.

Assim, transformados em *outsiders* não do território em questão, mas do processo de desenvolvimento pelo qual o mesmo passa, o grupo de pescadores nativos está exposto a um processo de estigmatização por não se

inserir a ordem econômica ascendente. Esse processo é descrito pelo autor da seguinte forma:

A estigmatização, portanto, pode surtir um efeito paralisante nos grupos de menor poder. Embora sejam necessárias outras fontes de superioridade de forças para manter a capacidade de estigmatizar, esta última, por si só, é uma arma nada insignificante nas tensões e conflitos ligados ao equilíbrio de poder. Por algum tempo, ela pode entrar a capacidade de retaliação dos grupos dotados de uma parcela menor de poder, bem como sua capacidade de mobilizar as fontes de poder que estejam a seu alcance. Pode até ajudar a perpetuar, durante algum tempo, a primazia de *status* de um grupo cuja superioridade de poder já tenha diminuído ou desaparecido (RIBEIRO, 2008, p.2).

Dessa forma, compreendemos que o sucesso do pescador na manutenção da sua atividade tradicional e por consequência, das suas condições de vida, acaba por extrapolar as habilidades e conhecimentos relacionados diretamente com a pesca. Seguindo nesta direção, as habilidades requeridas para o trabalho na indústria (como um curso básico, o ensino médio concluído ou um curso técnico) passam a contar como um coringa a ser lançado durante os períodos de escassez do pescado e ampliação das dificuldades na pesca.

Como foi exposto até agora, na localidade da Barra do Riacho, as estratégias para essa adaptação tomam variadas formas. Desde o confronto direto, com a ocupação do PortoCel por conta do assoreamento da barra do Rio Riacho ou a manifestação na sede do IBAMA por conta da apreensão das redes de pesca, passando pela negociação de condicionantes junto aos empreendimentos que já foram licenciados e, porque não, assumindo esporadicamente empregos na própria indústria. Como exemplificado no seguinte trecho de entrevista realizada com um pescador local:

Aí como o mar ficou muito ruim de peixe, aí eu fichei, entendeu? Fichei na Carioca, o dinheiro que eu tirei na Carioca eu fui comprei o barquinho entendeu? Fui juntando, fui juntando, trabalhei numas quatro empresas aqui. Eu trabalhava nela como marinho... Mas eu prefiro trabalhar no mar, porque aqui ninguém me manda entendeu? Só quem manda mesmo só aqueles cidadãos lá que vem de lá, a Marinha que perturba nós entendeu? (Jacó, março de 2015).

A exigência de linguagens, posturas e saberes que posicionem os pescadores diante dessas escolhas transforma cada um desses atributos em trunfos dos quais os mesmos podem lançar mão quando exigidos. Dessa maneira, do mesmo jeito que um pescador pode abrir mão da sua licença para exercer outra atividade que nada tenha a ver com a pesca para garantir sua sobrevivência; por outro lado aquele sujeito que não traz consigo essas outras habilidades que lhe permitam transitar além da pesca acaba por ser confinado ao estigma subjacente àqueles que não se adaptam à nova ordem econômica que surge.

Em um cenário de crescente impacto ambiental e restrições à atividade pesqueira, a mesma tende a se tornar cada vez mais estigmatizada, principalmente na medida em que a dependência de incentivos estatais ou mesmo das condicionantes negociadas com os empreendimentos vão se tornando fundamentais para a sua manutenção.

De certa maneira é como se os pescadores tivessem por opção se tornar mais pescadores – e assumir as dificuldades e os estigmas que jazem sobre a atividade *outsider* da ordem industrial – ou menos pescadores – e migrar para outras atividades disponíveis e possíveis diante de suas capacidades.

Assim, compreendemos que o rompimento desse “cerco simbólico” passaria, segundo Bourdieu, pelo seguinte processo:

A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ele exerce têm em jogo não, como se diz, a conquista ou reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer (BOURDIEU, 2003, p. 125).

Esse processo de assumir a pesca enquanto forma específica de estar no mundo pode ser observada também nesse outro relato de um pescador da Barra do Riacho, que ciente do impasse diante do qual se encontra, consegue

romper o cerco do estigma se afirmando enquanto sujeito de direitos da seguinte forma:

Porque o meu direito, de sobrevivência, tem que existir. O meu direito de trabalho eles tem que respeitar esse direito que eu tenho, essa forma de trabalho eles não podem me tirar. E se eles tão tentando desviar essa parte, tomando, é o que eu falei, eles tem que entrar com outra medida compensatória. E não to querendo cesta básica não. Não quero viver de cesta básica não. Eu quero trabalhar pra mim ter condições de levar meu filho no cinema. Pescador pode fazer isso, dar uma condição melhor de vida pros filhos, dar uma educação, pagar um curso técnico. Pescador pode fazer isso. Desde que ninguém venha me atrapalhar, desde que empresa nenhuma venha me atrapalhar (Marinaldo, março de 2015).

Esse discurso aparece consoante com a declaração 169 da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é signatário e que SHIRAIISHI NETO (2007) aponta em seu trabalho da seguinte forma:

Os povos e as comunidades tradicionais deverão ser consultados através de procedimentos apropriados, mesmo quando os recursos pertencerem ao Estado, pois se deve prever a participação nos benefícios e receber indenização equitativa (SHIRAIISHI NETO, 2007, p. 47).

Ao passo que sua sobrevivência também passa a depender de quão apto ele se encontra para desenvolver atividades além da pesca. Nesse sentido as trajetórias dos pescadores da Barra do Riacho parecem fornecer chaves para essa compreensão.

Impactados pelos efeitos de grandes projetos desde meados da década de 1970, a atividade pesqueira se desenvolveu em conjunto com a própria atividade industrial e as vicissitudes por ela criadas.

A relação com os impactos advindos da emissão de resíduos tóxicos, o assoreamento, desvio e extinção de cursos d'água importantes para a atividade, assim como a predileção do poder público (em todas as esferas) pelo desenvolvimento industrial frente à atividade extrativista geram, portanto, uma série de reflexões e ações por parte dos pescadores artesanais. De acordo

com as variações de cada uma das atividades – às vezes rendendo mais, às vezes rendendo menos – determinadas posturas são adotadas pelos pescadores para a negociação da sua sobrevivência.

Ao passo que situações extremas de impedimento da atividade, como o fechamento da boca da barra, levam a estratégias de confronto aberto, em situações onde o conflito é menos latente, como o licenciamento de um empreendimento, outras posturas tendem a ser adotadas, como a negociação de condicionantes.

Nesse contexto, atividades que não são necessariamente ligadas à pesca artesanal e ao saber adjunto à mesma, como falar em público, negociar com empreendimentos e, por que não, transitar da pesca artesanal para a atividade industrial passam a ser valorizadas, ora mais, ora menos que as habilidades relacionadas ao domínio do ecossistema em questão, necessário para a atividade da pesca.

Somado a isso, a mediação do Estado via emissão de carteiras de pescador e o consequente pagamento do auxílio defeso, também parece retirar do pescador artesanal a capacidade de se reconhecer, e reconhecer seus pares como tal. Embora a ausência da posse do documento não apague o saber construído acerca da atividade, expõe qualquer pescador não documentado à ação fiscalizadora do Estado, se transformando em mais um fator de coerção sobre aqueles que porventura se proponham ao exercício da atividade.

Diante do cenário exposto a persistência da atividade pesqueira na Barra do Riacho poderia até causar surpresa. Embora a tônica do discurso dos pescadores seja que “a pesca está acabando” o que

parece ser comprovado pela crescente escassez de pescado, por outro lado já ouvi dizer também que “a pesca está sempre acabando”. O pessimismo diante da atividade parece ser a tônica da reflexão dos pescadores, mas sua lida cotidiana com as intempéries – em mar e em terra – também fornece um

testemunho no sentido contrário, apontando para a sua resistência (ou resiliência) frente às adversidades.

CAPÍTULO 2 - *Um Exercício Fotográfico*

Haverá os que vão dizer que a entrada do século XXI é a definitiva entrada da humanidade na era da imagem. A popularização dos dispositivos de captura digital, somadas à exponencial digitalização e virtualização das relações seja através das redes sociais seja através dos modernos *smarthphones* com certeza pavimentou a via para a fotografia e o vídeo se firmarem como a linguagem do novo século.

Disciplinas como a Sociologia e a Antropologia também participaram, desde os primórdios, desse longo caminho desde que a fotografia foi inventada. A Antropologia, principalmente, foi pioneira na compreensão de que a imagem poderia servir não apenas como suporte da palavra, do texto escrito, mas poderia também trazer consigo novas amplitudes e compreensões advindas da análise de culturas estranhas à europeia, de povos diferentes daquele que se gaba de haver inventado a ciência e a própria fotografia.

Antes de tudo, portanto, a fotografia é a ferramenta da curiosidade de um povo que se lançou à conquista do mundo, não apenas em termos bélico ou econômico, mas também analítico como atestam as abordagens científicas que pretendiam explicar as diferenças entre os povos, o ritmo de seu desenvolvimento econômico e as motivações dos indivíduos que passavam a viver em sociedade.

A câmera fotográfica em seus primórdios atuou, então, como um “aspirador de imagens”, enviadas aos quatro cantos do mundo com a missão de trazer de volta imagens desses humanos tão diferentes que custaram ser tratados como humanos, mesmo diante das cabais provas que a fotografia trazia consigo de mães alimentando seus filhos, homens caçando para prover as famílias e as trivialidades as quais se dedicavam quando em seus momentos de descanso.

A fotografia, portanto serviu ao caro conceito de alteridade - para a antropologia. Afinal, como desconsiderar os mitos em torno dos pigmeus

bosquímanos diante dos retratos de pessoas que - apesar do tamanho reduzido - se apresentavam como humanos da Europa, de dois braços duas pernas e nenhum rabo? Sobre esse processo Silvia Caiuby nos diz que:

As imagens foram incorporadas pela antropologia desde o princípio da história do cinema A grande invenção de 1895, dos Lumière, foi um equipamento importante na bagagem dos cientistas que participaram da Expedição da Universidade de Cambridge ao Estreito de Torres, em 1989. Imagens passam a ser cada vez mais frequentes como registros de sociedades longínquas, como signos visuais do outro, visto como muito próximo de um mundo natural. Tais como as coleções de artefatos, avidamente buscadas pelos museus, as fotografias forneciam a possibilidade de organizar as sociedades em tipos, modelos humanos (CAIUBY, 2009, p. 46).

Aos ferrenhos advogados do texto escrito e da pesquisa bibliográfica, que fique claro, a fotografia ou o filme não são, sozinhos, ferramentas de análise da sociedade que prescindam do texto ou da pesquisa prévia. Nem o autor pretende expô-las sem maiores reflexões que conduzam a sua apreciação.

Da mesma forma que a fotografia como disciplina e campo de conhecimento se fez e faz úteis as Ciências Sociais, é inegável que esta última também contribuiu para o desenvolvimento da primeira. Não só ao transportar esse mecanismo da curiosidade ocidental às paragens longínquas onde aportavam os antropólogos, mas também sobre a reflexão antes e após o registro fotográfico e fílmico.

Na verdade, a grande contribuição que as ciências sociais têm a dar para o foto e o vídeo documentários segue, justamente, no sentido da pesquisa prévia, que antecede as idas a campo; desde a formulação de hipóteses, que nortearão a coleta das fotos e filmes e principalmente a análise, à exaustão do material coletado, buscando extrair deles aquilo que possa ser substancialmente sociológico ou antropológico. Afinal, como nos diz Clarice Peixoto:

É impossível desprezar as etapas de elaboração de hipóteses e de observação que precedem a tomada das imagens, mas, sobretudo, de reflexão sobre o objeto a ser investigado, pois sem elas o registro audiovisual produz documentos inúteis (PEIXOTO, 1998, p. 04).

A fotografia e o videodocumentário também têm contribuições para o campo das Ciências Sociais ao permitirem que interação do interlocutor da pesquisa com o pesquisador (esse tema tão caro ao campo), se desloque para outros patamares, nos quais – apesar da montagem e edição – o destaque para a voz do sujeito da pesquisa é inegavelmente maior que no exercício de transcrição de falas. De certa forma é também um desprendimento caro ao autor, permitir que sua pesquisa corra para além dos limites do texto escrito, em um diálogo com a subjetividade do leitor\expectador que extrapola as cercas da metodologia científica. Afinal de contas como nos diz McDougall:

Nos filmes, a complexidade das pessoas e dos objetos implicitamente resiste às teorias e explicações em que o filme as listas, algumas vezes sugerindo outras explicações, ou nenhuma. Nesse sentido, então, o filme é sempre um discurso de risco e indeterminação. Isso o coloca em xeque com a maioria dos textos acadêmicos, que, apesar de seus cuidados e suas qualificações, é um discurso que avança sempre rumo às conclusões. Por todas as maneiras que as imagens fotográficas exageram na simplificação e impõem suas mensagens (como o fazem na propaganda comercial, por exemplo), elas são intrinsecamente temporárias, oscilando entre o significado e a autossuficiência de seus sujeitos (MCDUGALL, 2009, p. 67).

Assistir indivíduos externar as reflexões acerca da sua própria condição é um acontecimento raro e especial, que acrescenta humanidade na relação da pesquisa e, mais do que isso, fornece resultados finais com o qual o sujeito desta pesquisa pode identificar-se com mais facilidade, assim como identificar aos seus.

Seguindo neste caminho, espero que o presente ensaio fotográfico e o vídeo que o segue, no capítulo 3 desta dissertação, possam retratar algo mais que as grandes transformações que certo tipo de desenvolvimento estabeleceu na Barra do Riacho. Além das alterações radicais da paisagem, o que busco retratar com as imagens que se seguem diz respeito principalmente às diferenças da escala entre uma indústria de celulose, de um estaleiro de plataformas de petróleo e a pesca artesanal - ou familiar como eles a chamam – que assume proporções minúsculas diante da magnitude dos empreendimentos. Ao passo que estes mesmos indivíduos que pescam,

transitam sazonalmente entre as duas escalas – o que parece contribuir para suas reflexões acerca da assimetria entre uma e outra atividade.

Essa constatação advém de uma leitura acurada da realidade da ocupação do espaço regional, da apropriação de recursos outrora comuns pela atividade industrial e da performance das pessoas importantes dessa região – grandes comerciantes, empresários e políticos – diante destes mesmos empreendimentos.

2.1. A Fotografia e a minha inserção em campo

Desde as minhas primeiras incursões a campo, com vistas à elaboração de uma monografia vinculada ao curso de Ciências Sociais (UFES), sempre que possível me fiz acompanhar de dispositivos de registros de imagem. A câmera, portanto, foi minha fiel companheira de campo, a ponto de eu ser reconhecido por tal na comunidade de pescadores que me dediquei a pesquisar.

Em um primeiro momento, dada à limitação do equipamento que eu dispunha, me dediquei primeiro à fotografia. Com os sentidos acurados pela descoberta de um novo lugar, cliquei à exaustão o que considerava mais característico da Barra do Riacho: a rua de terra por onde se distribuem as casas de alvenaria e barracos de madeira que os pescadores chamam de residência, os indefectíveis trapiches onde seria o quintal dos fundos – por onde na verdade passa o rio Riacho em seu caminho para o mar, e a presença inexorável das grandes estruturas industriais na região. O Portocel, avistado da praia da Barra do Riacho, ergue-se imponente, como se jogasse sombra sobre o que estivesse no mar a sua volta – seja peixe, seja gente, seja pescador ou surfista.

Às voltas com a voracidade desenvolvimentista na região, enfrentei as dificuldades de praxe ao pesquisar uma comunidade que já se sentia pesquisada em excesso – muito embora os resultados dessas pesquisas sejam encontrados apenas nos cofres das empresas de licenciamento

ambiental, ou ainda sob a posse dos grandes empreendimentos que as contrataram.

Quando iniciei as minhas pesquisas, a comunidade da Barra do Riacho se via às voltas com a instalação do Estaleiro Jurong Aracruz (EJA). Durante esse período tive a oportunidade de realizar um projeto de extensão que organizou uma oficina na localidade. Creio que ainda descrentes do que vinha, a reunião (assim como em outras comunidades) foi deveras esvaziada. Porém, ao notar a tônica da atividade – focada nos impactos dos grandes empreendimentos na atividade pesqueira – acredito que o gelo foi quebrado, o que me permitiu novas incursões à localidade, desta vez de posse da câmera, gravando depoimentos.

Esse trânsito entre os pescadores – para ser mais específico, junto à Associação de Pescadores da Barra do Riacho ASPBR – me permitiu o acesso às lideranças formais e informais na região e, de posse da câmera, estando vinculado (na condição de bolsista de graduação) ao projeto do Grupo de Estudos em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo (GEPPEDES), tive a oportunidade de contribuir com a captação de imagens e realização de entrevistas com os pescadores – não só da Barra do Riacho, mas também de Anchieta, Ilha das Caieiras, Itapoã e Regência – o que resultou na produção do documentário “Tradições à Deriva”. Esse trabalho faz parte da minha primeira experiência no âmbito da produção audiovisual e foi realizado pelo Grupo já citado em parceria com o Departamento de Comunicação (UFES) e a supervisão da Profa. Daniela Zanetti.

A apresentação do resultado dessa experiência parece haver convencido os pescadores da minha utilidade a eles, de forma tal que minhas posteriores incursões a campo se mostraram mais fáceis, inclusive com a câmera, instrumento que, por outras experiências, devo reconhecer que mais atrapalha que ajuda na hora do trabalho de campo.

Essa facilidade na inserção em campo me possibilitou o acesso a outros pescadores, a realizar novas entrevistas e que – apesar da complementaridade

ante as entrevistas realizadas anteriormente – me permitiram a elaboração de um novo vídeo documentário, desta vez retratando um pouco mais do que vi nestes últimos anos na região – como a construção do EJA e detalhes pormenorizados da atividade pesqueira – os barcos, o pequeno estaleiro onde funciona uma oficina naval, as atividades em terra, etc.

As entrevistas foram profícuas em apresentar um quadro mais intimista acerca da reflexão que os pescadores fazem de si mesmos: desde o papel que eles desempenham nas audiências públicas e reuniões com os responsáveis pelos empreendimentos, às experiências trabalhando de carteira assinada nas empreiteiras subsidiárias dos mesmos à história da pesca artesanal na vida de cada um e de suas famílias, pude delinear com o aporte de algumas teorias das ciências sociais um contorno da comunidade pesqueira da Barra do Riacho, sua trajetória mais ou menos recente (junto à chegada dos empreendimentos, pelo menos), as dificuldades e potencialidades.

2.2. Sobre a utilização da imagem

A letra fria, porém, não traduz o que vi com meus olhos e ouvi com meus ouvidos. Talvez essa iniciativa – de usar o aporte de outros formatos de informação como fotografia e vídeo – seja uma tentativa de por tintas mais vivas ao quadro frio que a escrita e o conhecimento científico exigem. Como nos diz McDougall:

Como escritores, articulamos pensamentos e experiências, mas como fotógrafos e cineastas, articulamos as imagens do olhar e do ser. O que é pensado fica apenas implícito, a menos que seja acrescentado em forma de escrita por meio de legendas ou em falas. Alguns diriam que as imagens, portanto, não constituem uma forma de conhecimento. Elas simplesmente tornariam possível o conhecimento, como dados extraídos das observações. Mas, num outro sentido elas são o que sabemos, ou soubemos, antes de qualquer comparação, julgamento ou explicação. Há um conhecimento do tipo conceitual tanto quanto um do tipo perceptivo. Esse conhecimento não tem *status* de proposição (de generalização, de explicação), exceto a proposta de sua própria existência (MC Dougall, 2009, p. 66)

Neste sentido, considero que ouvir e ver as palavras sendo proferidas por alguns dos pescadores entrevistados amplia a perspectiva humana da pesca artesanal e das suas dificuldades na Barra do Riacho.

Ao passo que a presença do autor deste trabalho – eu, no caso – não passa despercebida, e que as escolhas das imagens a ser usadas no ensaio fotográfico e das entrevistas para o vídeo foram arbitrariamente por mim escolhidas, considero que trazer a reflexão dos sujeitos desse trabalho neste formato amplia o protagonismo dos mesmos.

Por mais que minha voz também seja ouvida no vídeo, por exemplo, acredito que a hegemonia das vozes entrevistadas neste formato vem também suprir uma lacuna que surge no texto escrito, onde as entrevistas dão suporte às teorias escolhidas para analisar sociologicamente o contexto no qual estão inseridos os pescadores artesanais da Barra do Riacho.

Afinal de contas, a sociologia do desenvolvimento e da pesca, por assim dizer, é cara a mim e aos meus pares. Aos pescadores, importam pouco as teorizações acerca da atividade e de suas relações com os grandes empreendimentos. A pesca é o seu ofício, não o seu objeto de estudos. As categorias a partir das quais eles refletem sobre essas relações advém de outro léxico, de outra linguagem, de outra compreensão de mundo que não a científico-acadêmica.

De certa forma, também encaro este esforço como um tributo àqueles que me permitiram sondar suas realidades e suas reflexões de mundo, reconhecendo antes de tudo que os verdadeiros especialistas são eles, que as vozes que realmente importam neste debate – sobre as vicissitudes do drama desenvolvimentista que se desenrola na região – são as deles, e não a do pesquisador enxerido que interrompe seus momentos de trabalho ou de descanso com perguntas cujas respostas lhes são tão óbvias quanto a necessidade de cumprir as tarefas do dia a dia da pesca artesanal.

Se houver uma possibilidade de eternizar um encontro de subjetividades – por mais que seja eu o autor dessa mediação – que ele seja construído a partir da reflexão dos pescadores acerca da sua própria realidade. E, caso estes últimos se sintam tocados e comovidos pelo drama descrito, fotografado, filmado e registrado, considero bem sucedida esta empreitada. Espero que esta intenção primeira transpareça neste trabalho, em consonância com o que afirma McDougall:

Imagens fotográficas são inerentemente reflexivas, no sentido de que elas se referem ao fotógrafo no momento de sua criação, no momento de um encontro. Em filmes, isso é estendido por um tipo de triangulação em que cada cena sucessiva situa ao autor ainda mais em relação aos sujeitos. Pode haver outros signos de quem é o autor e onde ele está nas respostas das pessoas sendo filmadas. Esses sinais são frequentemente difíceis de interpretar individualmente, mas eles ganham direção e significado ao longo de um filme. Espectadores não podem evitar interpretar esses sinais, embora inconscientemente, assim como não conseguem evitar isso nas trocas da vida cotidiana. (MCDUGALL, 2009, p. 63).

Talvez seja esta também a responsabilidade do pesquisador: sondar as obviedades não proferidas, ou esquecidas quando a realidade é enquadrada na letra fria da ciência: em processos de licenciamento, na formulação de políticas públicas ou mesmo no processo de pesquisa e construção do conhecimento acadêmico.

As experiências em campo foram deveras profícuas para a formação da minha convicção de que as ciências sociais caminham em passos mais largos fora das paredes das universidades, embora tenham suas raízes ali bem fincadas. Não se trata de opor um ao outro, mas principalmente de fazer com que as folhas e galhos do tronco dessa árvore possam sempre estar trazendo o necessário para bem nutrir esse organismo que pode ser desde uma árvore frondosa em cuja sombra vários possam descansar, até um coqueiro fustigado pelo vento cuja única propriedade é curvar-se ao vento, resiliente frente às intempéries que volta e meia assolam o campo das Ciências Humanas no Brasil.

Mais que simplesmente existir, dada à seriedade do momento pelo qual atravessa o país – crises econômicas, políticas, agravamento dos conflitos

sociais e principalmente, de conflitos em torno dos territórios e seus recursos – as Ciências Sociais, enquanto campo acadêmico, deve fortalecer o espraiar de seus galhos, fornecendo assim a sombra necessária para aqueles que estão dispostos a ouvir o que cada folhinha deste galho tem a dizer sobre a realidade na qual se encontra.

Dito isto, portanto, apresento este trabalho como uma tentativa de trazer à reflexão alguns aspectos que porventura passem despercebidos quando nos debruçamos sobre gráficos, índices e dados econômicos – que muitas vezes parecem ser construídos apenas sobre números e não sobre pessoas que realmente produzem a riqueza (ou a pobreza) que encontramos quando vamos a campo.

Se a fotografia, como já afirmado, não substitui o texto escrito, então porque se valer dela? Qual a importância de retratar, em imagens, o recorte apresentado nesta dissertação?

Diante do contexto do Espírito Santo, já detalhado no capítulo anterior, fui me convencendo, dia após dia, da importância de explicitar a magnitude do processo desenvolvimentista naquela região.

Para alguém como eu que sempre morou à sombra das chaminés da Vale, na Praia de Camburi, em Vitória, que viu seu pico de surf ser extinto graças às intervenções de grande magnitude nesta mesma praia para atender à necessidade da produção e exportação de ferro e aço desta empresa, sempre me incomodou a naturalidade destas megaestruturas localizadas no bairro onde nasci e cresci. Não ignoro, porém, a naturalização destas megaestruturas.

Como questionar a realidade dada? Como se incomodar com a paisagem industrial, cujas chaminés diariamente expõem poluentes que, com o vento nordeste, dão justamente nas mansões e apartamentos de bairros nobres da capital a primeira amostra do que se convencionou chamar de “pó preto”, que cobre a capital com resíduos da atividade industrial?

Acredito que a oportunidade de retratar as vicissitudes do processo desenvolvimentista em outras regiões do Estado, possa fornecer peças para um cenário maior, mais amplo e que diz respeito aos impactos que são comuns a todos, senão à maioria, dos cidadãos que vivem à sombra dos grandes projetos de desenvolvimento, e que deram a tônica da ocupação do litoral do Espírito Santo na última metade de século. Afinal de contas, como nos diz Cayubi:

Há certamente uma relação inevitável entre o valor atribuído à visão pelo senso comum como órgão sensível do ato de conhecer e a proliferação de imagens em nossa sociedade, espécie de registro do olhar. Nesse sentido, uma outra consequência desse privilegiamento da visão é que as imagens que produzimos acabaram por dominar nosso cotidiano, chegando mesmo a substituir a experiência. (CAYUBI, 2009, p. 41).

Aos nascidos na década de 1980 como eu, na capital do Espírito Santo, a construção do complexo siderúrgico na Ponta de Tubarão é algo não visto, que se situa longe da sua experiência de vida ao passo que a presença das indústrias no extremo norte da capital do Espírito Santo é uma realidade sempre visível.

Neste sentido, as gerações que sucederam a chegada destes lidam com as consequências de tais empreendimentos – na saúde, na paisagem e no ambiente – de maneira diversa penso eu, que diante da visão da instalação de um novo empreendimentos do mesmo porte.

Com este processo em andamento, junto com a dragagem do Estaleiro Jurong, surgem também em suspensão reflexões da população local acerca dos impactos novos e antigos da atividade industrial de grande escala na Barra do Riacho. Da mesma forma como a repetição de processos de tal magnitude retratadas em imagens, sejam elas paradas ou em movimento, suscita reflexões acerca de “dramas desenvolvimentistas” (RIBEIRO, 2008) similares e que, a exemplo da Barra do Riacho também ocorreram em outras épocas em trechos específicos do litoral do Espírito Santo. Em um momento onde o papel de grande produtor e exportador de commodities está em cheque, os métodos e

as consequências regionais da chegada destes grandes empreendimentos são postos à vista através das reflexões de pescadores de Barra do Riacho.

Considero também outro objetivo desse trabalho evidenciar os conflitos entre as racionalidades e as diferenças de escala evocadas pela instalação de mais um grande projeto, em uma região que, se por sua vez já era severamente impactado por grandes projetos (principalmente ligados à produção de celulose) industriais, por outro lado ainda se mantinha como um trecho de litoral profícuo para a pesca.

Ao passo que o texto acadêmico seja de difícil distribuição e consumo, entendo que a fotografia e o audiovisual são vetores mais dinâmicos de dispersão da informação e mesmo ciente dos limites e riscos dessa dispersão, me vejo junto com os sujeitos dessa pesquisa, disposto a pagar o preço deste risco. Neste sentido, concordo com CAYUBI que diz que:

Se o texto acadêmico e, em especial, a escrita etnográfica passaram por uma acirrada revisão por parte dos chamados autores pós-modernos, talvez nossas experiências de técnicas narrativas que incorporem a imagem – fixa e em movimento – possam contribuir para uma forma de divulgação do conhecimento que seja menos autoritária, mais interativa e talvez mais evidente no seu processo de reconstrução da realidade que se quer revelar. Que fique bem clara minha posição de que as imagens não substituem o texto, contrariando o dito popular que diz que uma imagem vale por mil palavras. Elas podem, e devem aliar-se ao texto, penetrá-lo numa relação mais íntima, deixando de ocupar o apêndice de nossas publicações (CAYUBI, 2009, p. 44).

Acredito que esse esforço para contar o drama desenvolvimentista de Barra do Riacho utilizando de diferentes linguagens e meios - texto, imagem e som - torna o entendimento do cenário mais completo, de mais fácil consumo e difusão, que apenas um texto escrito.

Faço isso não por me considerar um fotógrafo talentoso ou um videodocumentarista promissor que merece ser assistido por um capricho estético, mas sim por entender que a realidade sobre a qual se assentam essas reflexões – acadêmicas e imagéticas – são caras à realidade dos pescadores da Barra do Riacho, aos habitantes do Espírito Santo e, por que não, do Brasil, tendo ciência que processos semelhantes se repetem por toda

essa extensão territorial. Neste sentido concordo com McDougall acerca do sentido de fazer imagens

Como produto da visão humana, o fazer imagens pode ser considerado por alguns como pouco além de uma visão de segunda mão ou substituta. Mas, quando observamos com propósito e quando pensamos, complicamos o processo de visão enormemente. Nós o investimos de desejos e respostas elevadas. As imagens que fazemos se tornam artefatos disso. Elas são, em certo sentido, espelhos de nossos corpos, replicando o todo das atividades do corpo, com seus movimentos físicos, sua atenção que vai mudando de foco e seus impulsos conflitantes no sentido da ordem e desordem (MCDOUGALL, 2009, p. 63).

Sem mais delongas, apresento abaixo as fotografias que compõem este projeto, divididas em três partes: 1) a que se referem à atividade pesqueira na Barra do Riacho; 2) à realidade dos Grandes Empreendimentos; e 3) às interseções entre ambas, manifestas nos detalhes que por vezes passariam despercebidos diante de um olhar menos treinado que o meu nos últimos cinco anos de contato com a Barra do Riacho.

Para tanto apresento as fotografias acompanhadas de uma curta legenda descritiva, de modo a facilitar a reflexão suscitada pela imagem em referência à pesquisa que antecedeu o registro das imagens. Cada sequência de fotos é seguida por um texto curto, que possibilite a contextualização do cenário que as imagens pretendem retratar.

2.3. A Pesca Familiar na Barra do Riacho

O dia a dia da pesca familiar na Barra do Riacho ocorre de maneira muito parecida com outras vilas de pescadores. Uma comunidade composta de aproximadamente 700 trabalhadores diretos, que estão sempre atentos às marés, ao vento e ao regime de chuvas – fatores que condicionam a pesca na Barra do Riacho e em todos os outros lugares onde ela se desenvolve.

Existem aproximadamente 150 barcos na Barra do Riacho. Contando com uma frota expressiva dedicada à pesca do camarão, que ocorre da Barra do Riacho (antes da construção do EJA, desde o sul da mesma) até quase a divisa de Linhares com São Mateus, já ao norte do Rio Doce. É a pesca mais rentável, embora seja também expressiva a pesca de espinhel, no qual uma linha com diversos anzóis é jogada e recolhida periodicamente durante o embarque. Essa pesca é mais seletiva que a primeira, embora menos rentável. Também depende menos de embarcações voltadas para o fim específico, como é o caso dos barcos baloeiros, de pesca de camarão.

Também é expressiva na região a pesca por rede de espera – uma das que mais sofre devido ao trânsito intenso de barcas e navios na região. As duas últimas modalidades de pesca, assim como as de linha de mão e rede de fundo, também praticadas na região podem ser exercidas em barcos menores, que são a maioria na Barra do Riacho. Uma desvantagem é a baixa autonomia, condicionando a atividade à proximidade com a costa e, por conseguinte, implicando em maiores atritos com as estruturas existentes na costa, como os portos. O tamanho dos barcos é um dilema ao passo que os maiores tem maior autonomia de navegação e estoque, são os que enfrentam mais dificuldades em atravessa a foz do rio Riacho, frequentemente assoreada.

Boa parte destes pescadores reside na rua que beira o rio Riacho, rua esta que é de chão batido. Além da ausência do asfalto, saneamento básico também inexistente. Junto com o esgoto doméstico, resíduos industriais também afluem para o rio, outrora piscoso. A vantagem inegável de morar ao lado do rio é poder sair com o barco direto do quintal de casa para o mar, quando o Rio Riacho tem volume de água suficiente para manter sua foz aberta para o mar.

O que é prático por um lado, por outro se torna uma dificuldade: descarregar o pescado nesses trapiches é algo quase impensável. O único porto que goza de uma estrutura razoável para o descarregamento do pescado, inclusive com estrutura mecânica para tal, é o porto do Pirata – também o único comprador fixo de pescado estabelecido na região. Pirata é um ex-pescador.

Não é incomum encontrar durante à tarde, abrigados sob a sombra de árvores, pescadores remendando redes, ou no estaleiro construído pela antiga Aracruz Celulose reparando seus barcos. O responsável pelo estaleiro é Seu Ademar, também um ex pescador.

Em comum, Pirata e Ademar têm a idade avançada, ambos são nativos da região e abandonaram a atividade pesqueira direta em proveito de outras que escapam um pouco da imprevisibilidade desse ofício, como o conserto de barcos e o comércio do pescado.

Apesar de ambos aparentarem saúde, a idade avançada impõe certos limites a ambos. Ao passo que o enfraquecimento sazonal (cada vez menos sazonal) da pesca conduz boa parte dos pescadores para a atividade industrial, essa porta não se encontra aberta para àqueles cuja única formação foi a pesca artesanal. Neste sentido, o conserto de barcos ou o comércio do pescado são formas encontradas para se manter conectados à atividade onde gozam de prestígio junto aos demais, não só pelo papel chave que ocupam na pesca consertando barcos ou comprando o pescado, mas também pelo conhecimento que trazem consigo.



Figura 1 - Barco retornando do mar navegando já pelo Rio Riacho



Figura 2 - Barco aportado aos fundos da casa de um pescador.



Figura 3 - Detalhe de casa na beira do rio, majoritariamente habitada por famílias de pescadores.



Figura 4 - Pescador remenda rede em frente de casa, na rua que beira o Rio Riacho.



Figura 5 - Vista do andar superior do único porto onde os pescadores descarregam seu pescado.



Figura 6 - Detalhe do estaleiro para reforma de barcos de pesca.

2.4. A Industrialização na Barra do Riacho

A Barra do Riacho é responsável, desde as iniciativas desenvolvimentistas da Ditadura Militar, por uma parte expressiva da geração de riquezas no Estado do Espírito Santo. A instalação dos plantios de eucalipto para a produção de celulose, e do subjacente complexo químico industrial e portuário, trouxe consigo várias consequências ambientais e sociais.

Desde a apropriação de terra por parte da então Aracruz Florestal, até o comprometimento dos recursos hídricos e marítimos da região para atender às necessidades do processo químico de produção e branqueamento da celulose, camadas e camadas de impactos vão sendo impostas e sobrepostas à população e ao ambiente em questão.

Essencialmente primária, a economia do Espírito Santo é extremamente dependente da produção de *commodities* como a celulose, fato que é reconhecido inclusive pelos *think thanks*⁴ do empresariado espíritosantense. As experiências negativas advindas da chegada e instalação desses grandes projetos de celulose e minério, principalmente durante a década de 70, fazem parte da história recente do Estado.

A inauguração de um novo período de desenvolvimento, alicerçado na extração de petróleo do pré-sal na região litorânea parece confirmar a vocação do ES para a produção primária.

Embora se afirme a intenção de não repetir os mesmos erros do passado, o processo de produção do pré-sal – desde os testes sísmicos até a instalação do Estaleiro Jurong Aracruz – repete as mesmas vicissitudes do ciclo desenvolvimentista anterior.

⁴ O Espírito Santo em Ação é uma ONG empresarial famosa por reunir as grandes empresas do Espírito Santo – das siderúrgicas às redes de comunicação – em torno de iniciativas desenvolvimentistas. O documento fundador do grupo é conhecido como ES 2025 que busca planejar os cenários do desenvolvimento do Estado até tal data.

Mais que falta de transparência, a execução destes projetos à revelia da vontade das comunidades que as receberão em sua vizinhança salta aos olhos. O surgimento de instituições ambientais como legislações, secretarias, audiências e licenciamentos, parece ter servido apenas para instituir um caminho burocrático no qual a dependência de recursos técnicos e linguagem científica só faz privilegiar aqueles que deles dispõem – em especial os grandes empreendimentos que podem contratá-los – em detrimento das comunidades que não dispõem deste recurso.

Seguindo neste sentido, o discurso de modernização e desenvolvimento apregoado para justificar o novo momento vivido pelo Espírito Santo com a indústria de Petróleo e Gás se vale do conhecimento técnico para lançar sombra sobre as divergências surgidas nas comunidades locais, enquadrando os pescadores em algumas das milhares de páginas dos Estudos de Impacto, ou ainda, afirmando que metodologias participativas garantiram seu direito de voz no processo. Essa postura evidencia o caráter *pro forma* do processo de licenciamento, onde ouvir a comunidade é apenas um passo a ser dado no caminho para a instalação do empreendimento, a despeito do mérito daquilo que a comunidade fala.



Figura 7- Vista à distância da fábrica da Fibría.



Figura 8 - Vista aproximada da mesma fábrica, com um caminhão saindo do terminal de abastecimento da Petrobras.



Figura 9 - Terminal de Abastecimento da Petrobras (TABR)



Figura 10 - Terminal de Abastecimento da Petrobras em detalhes.



Figura 11- Vista à distância do Estaleiro Jurong Aracruz.



Figura 12 - Estaleiro Jurong Aracruz visto do sul, da Barra do Sahy.

2.5. Pesca e Indústria

Durante os áureos tempos do governo Lula, o estado do Espírito Santo cresceu com índices chineses. A descoberta do pré-sal alavancou toda uma cadeia produtiva que investiu em estruturas como gasodutos, portos de abastecimento *offshore*, plataformas de petróleo e no caso mais extremo, o Estaleiro Jurong Aracruz.

Muitos empregos foram gerados, da construção civil à operação das plataformas de petróleo e gás. Junto a isso cresceu o setor de serviços em toda região onde um empreendimento do tipo se instalava. Na Barra do Riacho, já acostumada a empreendimentos do tipo, o caso não foi diferente. A pesca familiar da região não foi empecilho para o licenciamento, instalação ou operação dessas estruturas que competem diretamente com a primeira atividade pelos recursos ambientais.

Além das zonas de exclusão de pesca no entorno das plataformas, portos e estaleiros, a interferência do processo produtivo em mar também é apontado como uma das causas do rareamento do pescado. A progressiva expansão da atividade industrial sobre o território pesqueiro cria mais dificuldades àquelas já existentes na pesca – desde o sumiço dos peixes após os testes sísmicos à ausência de camaradas para a saída ao mar.

Cada vez mais pessoas abrem mão da carteira de pescador – que lhes atribui dentre outros direitos, o auxílio defeso durante os períodos pré-estabelecidos pelo IBAMA e ICMBio de proibição da pesca – em troca de uma carteira assinada na indústria que lhes confere uma renda fixa mensal – ao contrário da pesca, atividade que esta sempre permeada pela incerteza.

A presença constante dos grandes empreendimentos na região e as frequentes grandes obras: construção, manutenção e ampliação das estruturas industriais e ou portuárias, fazem com que na localidade de Barra do Riacho também seja

vantajoso o recrutamento de trabalhadores para essas funções. Assim os pescadores encontram certa facilidade em “fichar” nas empresas, como dizem.

Embora essa perspectiva avenge benefícios que a atividade pesqueira não lhes confere, a rigidez da carga horária e a posição desprivilegiada na hierarquia industrial, advinda da baixa qualificação, são elencadas como razões para o também frequente retorno à atividade.



Figura 13- Vista aérea da Barra do Riacho onde podem ser vistos o EJA (canto inferior esquerdo) a planta industrial da celulose (Centro) e a Barra do Riacho, à esquerda.



Figura 24 - Portocel: Especializado em celulose, é uma das estruturas com a qual os pescadores se relacionam no mar.



Figura 35 - Portocel visto da praia na Barra do Riacho



Figura 46 - Barcaça de celulose retornando do PortoCel. No primeiro plano barco de pesca precariamente aportado.



Figura 57 - Barcos aportados ao sul do Estaleiro Jurong Aracruz. Ao fundo o píer do estaleiro de aproximadamente 3 km.



Figura 68 - O macacão laranja - típico do trabalho nas empreiteiras - no barco de pesca mostra o trânsito comum entre a atividade pesqueira e industrial dos pescadores da Barra do Riacho.

O macacão laranja, típico do trabalho nas empreiteiras subsidiárias da Petrobrás, é a marca indefectível da indústria do petróleo e gás. A sua presença nos barcos de pesca não é rara, pelo contrário, é bastante comum. A última foto acima, na minha opinião, traz consigo muito da realidade da pesca na Barra do Riacho. Foi tirada no barco de um pescador que eu entrevistei, Jacó.

A história de Jacó, que conheceremos no próximo capítulo e no vídeo que acompanha este trabalho é deveras interessante, e na minha opinião, representativa do tipo de escolhas as quais estão sujeitos os pescadores da Barra do Riacho. Ele evidencia uma porta de saída e uma porta de entrada e, junto aos anzóis e cordas usadas na pesca, dão testemunha de uma batalha vencida pela última, na guerra entre as duas forças aparentemente antagônicas na localidade.

Não que houvesse a necessidade de se desfazer do macacão com a saída da indústria, mas a sua permanência no barco é também um lembrete da opção que sempre está na mesa, para os pescadores da Barra do Riacho. Sempre às idas e vindas com o desenvolvimento industrial que, a exemplo da pesca, também tem suas épocas boas e épocas ruins.

Quando suas épocas boas coincidem com as épocas ruins da pesca, a escolha é até óbvia. Quando a situação se inverte, aqueles que possuem o conhecimento e as relações sociais necessárias, também não hesitam em retornar à pesca. Caso a coincidência seja de bons ventos para ambas as atividades, muitos pescadores ainda recorrem à última.

Neste sentido o macacão também é uma lembrança da rotina na indústria, da subordinação e do baixo grau na escala hierárquica que os pescadores, acostumados às intempéries do mar, tem de se submeter para garantir o salário ao fim do mês. Ao que parece, a maioria prefere trabalhar na escala da pesca, conforme os ventos e as marés, e sem vestir o macacão de calças e mangas longas sob o sol brasileiro.

CAPÍTULO 3 - *Uma Narrativa Audiovisual*

Neste capítulo é construída uma narrativa que oriente a compreensão do vídeo resultante deste trabalho de dissertação, que pode ser acessado no endereço eletrônico <https://youtu.be/-GzAM6BYleY>. Neste sentido, mais detalhes acerca da experiência dos indivíduos na sua relação com a pesca e a indústria na Barra do Riacho são elencados, e relacionados com o cenário construído a partir da pesquisa de orientou esta realização.

O roteiro

Com aproximadamente 13 minutos, filme que acompanha esse trabalho é composto pelo depoimento de três pescadores, intercalados por imagens da Barra do Riacho e de empreendimentos ali localizados. Com as entrevistas e imagens de apoio, tem a intenção de por tintas mais vivas ao cenário descrito até agora a partir da fala dos próprios pescadores.

Os três pescadores retratados no filme possuem trajetórias distintas, mas representativas no universo da atividade pesqueira da Barra do Riacho. Apesar de partilharem do ofício e do conhecimento subjacente ao mesmo, suas trajetórias individuais (assim como a idade) os diferencia entre si, de maneira que fornecem retratos diferentes acerca do processo desenvolvimentista da região, marcados pela experiência de cada um com o mesmo.

Ademar, o mais velho, é o que tem mais conhecimentos acerca da história da localidade. Além de depositário da memória recente dos pescadores da Barra do Riacho – em especial na sua saga por direitos coletivos conforme pode ser observado no filme “Tradições à Deriva” – a história da sua vida se confunde com a da região. Nascido na região de Comboios, filho e neto de habitantes tradicionais da localidade, guarda na sua lembrança histórias, técnicas e realidades da pesca que já não existem mais. O crescimento industrial da Barra do Riacho também é vivo na memória de Ademar.

Deco, por outro lado, parece bem encaixado nesse espaço espremido entre a tradicional relação do homem com o mar na pescaria, ofício herdado também do seu pai, e a realidade econômica na Barra do Riacho. Costumaz atravessador de fronteiras entre a pesca e o trabalho na indústria, não hesita em afirmar os benefícios do segundo. Um salário mensal traz consigo garantias que a pesca não dá, dada a sua imprevisibilidade. Por outro lado a pesca traz consigo relações mais próximas de trabalho e afeto; e é onde preferia (e crê que seus colegas de pescaria também) atuar de forma menos intermitente, mas se vê impossibilitado de fazê-lo de dado o grau de comprometimento do ambiente e seus recursos pelas empresas instaladas na região, segundo ele mesmo.

Por último, temos Jacó, o mais novo dos três. Nos meados de seus trinta anos, Jacó é o que tem menos tempo de pesca, e de Barra do Riacho. Chegou à região vindo do noroeste do Espírito Santo, já devastado pela seca, casado com uma moradora da Barra do Riacho. Aprendeu a pescar e, pragmaticamente, também trabalhou nas indústrias. Indo além da pura e simples sobrevivência, trouxe da experiência de assalariado recursos suficientes para comprar seu próprio barco, e assim “não ser mais mandado”, conforme ele.

A diferença de idade e de experiências de ambos os três fornece o contraste suficiente para expor um pouco da história da Barra do Riacho. Resgatando os depoimentos do Ademar acerca de um passado não tão distante assim, podemos reconstruir mentalmente uma realidade bem destoante da existente agora, impregnada pelas atividades industrial e portuária.

Um tempo onde a atividade se mantinha a partir dos recursos obtidos no próprio ambiente. Assim, uma planta da restinga fornecia a linha das redes e as árvores da Mata Atlântica, outrora pujante, as embarcações para a pesca. Simples achados, como as cordas utilizadas para amarrar navios antigamente, quando chegavam à costa trazidas pelo vento leste, revolucionavam o microcosmo daquela atividade familiar ao fornecer uma matéria prima mais duradoura para a redes, por exemplo.

A existência de núcleos familiares de comunidades tradicionais, espalhadas pelo território em questão, era sustentado por um ambiente mais ou menos equilibrado, tendo em vista a abundância de recursos hídricos e florestais e que, segundo os próprios pescadores, refletia-se também em abundância no mar. Não faltavam compradores, enquanto ainda podia-se viver e trabalhar no regime tradicional da região.

Segundo Ademar, as coisas começam a mudar com a chegada dos grandes empreendimentos na região, no que Deco parece concordar. Desde as primeiras incursões da Petrobras à procura de petróleo em terra, ainda vivas na memória do seu Ademar, à construção mais recente do PortoCell, da qual Deco foi mais contemporâneo, ambos são enfáticos em apontar a chegada das empresas à região como um dos fatores determinantes para a progressiva escassez do pescado na Barra do Riacho.

Indo mais longe na memória, Ademar ainda guarda as mágoas do pai, forçado a vender abaixo do valor de mercado as terras da família para a então Aracruz Florestal, empresa que daria origem à Aracruz Celulose e posteriormente à Fibria.

Este processo é notório não só no litoral de Aracruz, mas em toda a região hoje ocupada por eucalipto da empresa, indo até o extremo norte do Espírito Santo, onde a posse dessas terras ainda é motivo de conflito entre a empresa financiada pelo BNDES e comunidades tradicionais.

O chamado “Deserto Verde”, termo cunhado por Augusto Ruschi para descrever a ausência da fauna nos bosques plantados de eucalipto também se tornou uma realidade social. Aos poucos as famílias que ocupavam o território foram, uma a uma, deixando a região – algumas delas vítimas de maus acordos, outras de manobras legais, outras de ameaça.

Com a inauguração do que se convencionou chamar “novo ciclo de desenvolvimento” no Espírito Santo, alicerçado na descoberta do petróleo na

camada Pré Sal pela Petrobras, assistimos mais uma vez a eclosão de conflitos acerca de território envolvendo a comunidade em questão.

A exemplo da instalação da Aracruz Celulose na década de 70 em uma ação planejada do Estado Brasileiro através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, outra vez o Estado Brasileiro lança mão daquela região para os nobres fins do desenvolvimentismo, na era do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – e do Pré Sal.

Além dos testes sísmicos para a prospecção do petróleo no fundo do mar, a Barra do Riacho passa a contar também com novos monumentos ao desenvolvimento nacional para além da Fibría e seu complexo Agro-Fábrica-Exportador.

O Terminal de Abastecimento da Barra do Riacho – construído na vizinhança do porto especializado em celulose que opera para a Fibría – é responsável pelo armazenamento de toda produção de gás natural do norte do Espírito Santo. Segundo alguns pescadores, uma bomba relógio, tendo em vista as operações de evacuação que volta e meia são realizadas no próprio PortoCel por razões de vazamento na estrutura operada pela Petrobrás.

E o Estaleiro Jurong Aracruz, responsável por construir as plataformas que possibilitarão a extração de petróleo da camada Pré Sal. O processo de instalação do EJA também foi deveras conturbado, envolvendo a negativa de licenças, embargos judiciais e mudanças de foro decisório para a aprovação do empreendimento. Atores regionais, como a então diretora do Instituto Estadual de Meio Ambiente – IEMA, e o próprio governador manifestaram-se pela vinda do empreendimento, com a alegação de que se tratava de uma disputa entre estados da federação pelo privilégio de receber um investimento de tamanho porte.

O fato é que com o preço do petróleo em baixa, as acusações de corrupção que paralisaram muitas obras da Sete Brasil, e o momento crítico da economia mundial transformam o EJA em mais um possível elefante branco, a exemplo

dos que se espalham pelo país: Estaleiros quase construídos, com funcionários desmobilizados, pagamentos atrasados e cujo passivo ambiental foi convenientemente esquecido.

O que nos traz de volta ao nosso filme, sobre a Barra do Riacho. O que vemos são três gerações de homens que possuem acurada visão acerca do ambiente que os cerca. Essa visão acurada lhes permitiu registrar também, em sua memória, os danos causados por cada uma dessas ondas desenvolvimentistas que assolaram a Barra do Riacho. E principalmente, acompanham com estranheza a profusão exponencial de indústrias na região enquanto os aparelhos públicos se mantêm os mesmos de um passado distante.

Do asfaltamento das ruas ao saneamento básico, às opções de lazer e educação, o sentimento que parece permear a comunidade da Barra do Riacho organizada em torno da pesca é que o litoral de Aracruz, em especial a Barra do Riacho, tem contribuído demais com o Município, o Estado e o País, e ganhou muito pouco em troca. Na verdade, a face do Estado vista com mais frequência é a da Polícia Militar Ambiental e do IBAMA, nas operações de fiscalização da pesca.

Essa preocupação paradoxal com o meio ambiente em uma região já tão afetada por empreendimentos poluidores também não passa despercebido. Pelo contrário, aumenta entre os pescadores a sensação de injustiça ao constatar que pescar camarão sem licença pode acarretar na perda do material de pesca e possível apreensão do barco pelos órgãos de fiscalização, enquanto os mesmos fazem vistas grossas para a supressão pura e simples de todo um berçário do crustáceo devido à instalação do EJA.

É a mesma sensação de injustiça retratada por Ademar, ao falar da proposta de criar recifes artificiais na região, com a finalidade de fornecer aos peixes algum abrigo que os atraia, que possibilite sua reprodução e, por conseguinte, aumente a população de pescado. A iniciativa foi vetada pelos mesmos órgãos responsáveis por licenciar a dragagem, derrocagem e construção do píer do EJA.

Ao mesmo tempo, os padrões de rigidez aos quais os pescadores estão expostos na fiscalização da sua atividade pelas autoridades ambientais – Polícia Ambiental, IBAMA, ICMBio... – não são observados na fiscalização do cumprimento das condicionantes acordadas pelo empreendimento no processo de licenciamento. Neste sentido a fala do Jacó também é exemplar, ao mostrar o precário atracadouro que construiu junto com seu parceiro de pescarias, enquanto aguarda o cumprimento das tão prometidas condicionantes.

Este processo se repete em cada ampliação ou dragagem do PortoCel, de ampliação da Fibria, ou de instalação de novos empreendimentos como o porto da IMETAME, como a instalação da Carta Fabril, onde os pescadores também são “consultados”, dão sua opinião, mas a sensação de não tê-la levada em conta é um forte componente do desestímulo à participação dos pescadores.

Nesse sentido, o que observamos é o oposto do que pressupõem vários tratados assinados pelo Estado Brasileiro, desde convenções internacionais como o decreto 169 da ONU ao decreto 6040 do governo federal. Cláusulas destes decretos versam especificamente sobre os termos de consulta às populações tradicionais, afirmando que a mesma deve ser feita de forma a garantir tanto o esclarecimento do grupo em questão acerca das decisões a serem tomadas, quanto uma forma de fazê-lo que respeite as especificidades do mesmo no processo de decisão.

O que assistimos, porém, são praticas que silenciam as vozes divergentes acerca da instalação do empreendimento, seja no modelo de audiências públicas que priorizam apresentações técnicas que precedem a participação popular – seja na repetição exaustiva de reuniões para a formulação de estudos de impacto, realizadas por uma empresa contratada pelo próprio empreendimento para esses fins.

Ambos os exemplos acima exprimem a incapacidade do Estado Brasileiro de garantir os direitos assegurados às populações tradicionais – e em extensão a toda sociedade, visto que debatemos o uso de recursos de uso coletivo como o mar, rios, etc... – e à eficiência do setor privado em suprir soluções para

questões tão espinhosas como “Como consultar pescadores sobre a instalação de um porto na sua região?”

No fim das contas, reuniões cada vez mais vazias e monocórdias são um bom *feedback* para o contratante do estudo de impacto, assim como uma população cansada após horas de apresentação técnica em uma audiência pública também é mais fácil de ser retratada aos órgãos competentes como passiva, ou mesmo favorável, diante da chegada de um grande empreendimento.

Neste sentido são exemplares tanto a fala do Deco, ao afirmar que para ele, os pescadores são como bonecos ao olhar dos empreendedores e seus associados, objetos manipuláveis cujas vozes nunca seriam levadas em consideração. Indo mais além, Ademar também é enfático ao afirmar a falácia dos processos de licenciamento, já que os projetos “em discussão” geralmente já estão prontos, cabendo pouca alteração.

Diante deste cenário, as habilidades requeridas para o pescador – “consultado”, “consultante”, “atingido”, “afetado” ou quaisquer nome que dermos àqueles sujeitos que constarão nos estudos de impactos ambientais – extrapolam àquelas referentes à pesca, pura e simples. As maneiras de falar, se portar e até se vestir em ambientes formais; como se fazer entender por pessoas que vivem realidades diferentes – e que, portanto tem visões diferentes acerca da mesma realidade em debate em um processo de licenciamento – e que possuem a investidura legal de validar suas afirmações – de ser pescador, de ser prejudicado pelo empreendimento, de ter a necessidade de determinado recurso em questão – são fatores cada vez mais levados em conta no que diz respeito à pesca artesanal e sua inclusão no mapa dos grandes empreendimentos.

Afinal de contas o que assistimos hoje nesse “ecossistema” são empresas contratadas pelos próprios empreendimentos em vias de instalação, ancoradas em relações trabalhistas geralmente precárias e superficiais, batalhando pelo menor preço para informarem ao Estado a real extensão do prejuízo causado por um empreendimento que irá suprimir áreas e recursos de uso comum.

Neste sentido há uma dupla competição entre as empresas de consultoria: tanto para oferecer um contrato mais barato ao empreendimento contratante o que pressupõe menos visitas à campo, menos técnicos contratados e menos material de pesquisa; quanto para oferecer um produto final mais barato ao contratante junto ao Estado: o que inclui minimizar os danos causados ao ambiente, diminuir o número de prejudicados pelo empreendimento e, como também é comum, incluir-se já no rol de empresas a ser contratadas para o desenvolvimento das ações previstas como condicionantes para a instalação do empreendimento.

Cientes da compreensão do ambiente que os cercam, e da irreparabilidade dos danos que chegarão junto com os empreendimentos que se instalam na Barra do Riacho, os pescadores vão se mostrando, em sua maioria, cada vez mais avessos à participação. Essa não participação frequentemente toma ares de incredulidade e despeito diante do conhecimento técnico sob a posse dos pesquisadores. É isso ao que Deco se refere ao dizer que não vai mais á reuniões, já que a única pergunta digna de se fazer nas mesmas era “Quem é o bobo que vai vir me ouvir repetir as mesmas palavras de novo?”.

Seguindo por este rumo, não é difícil compreender a incredulidade dos pescadores na eficiência destes processos. Afinal de contas, a Barra do Riacho corresponde incontestavelmente a boa parte do PIB de Aracruz, enquanto segue sem saneamento, sem calçamento, sem educação... Mais que isso, boa parte dos pescadores subsiste de uma forma extremamente dependente dos auxílios defeso – destinados a quem pratica determinado tipo de pesca no período de suspensão da mesma – enquanto penam para se manter na atividade, lutando contra a falta de linhas de crédito acessíveis, estrutura precária dos atracadouros, e a sempre incômoda e crescente escassez de pescado. É sobre o que Deco fala ao dizer que a Barra do Riacho deveria ser um exemplo e, ao contrário, o litoral seguiria abandonado frente a sede do município de Aracruz.

A crescente dependência por decisões que lhes são alheias os incomoda, e os põem em situações complicadas, como a de Jacó, que pode ser forçado a devolver o valor recebido pelo defeso no qual está cadastrado – o do goiamum – por conta de mudanças na legislação referente à proibição de captura do caranguejo azul. Desnecessário afirmar que este valor já foi empenhado nos custos da casa, do barco, da manutenção da sua vida familiar... Daí a ausência em massa dos mesmos às reuniões consultas e audiências públicas. E o interesse nas reuniões para discutir o defeso, quando geralmente são recadastrados para receber o auxílio. Na verdade, a presença aumenta à medida que se anuncia algum tipo de benefício para quem participa do encontro. De comida a cestas básicas, do auxílio defeso à possibilidade de uma indenização coletiva, é mais ou menos nessa ordem de importância crescente que se dispõem as motivações dos pescadores à participar destes tipos de encontros.

Ao fim das contas, as empresas de consultoria e os entraves cientificistas do Estado nas ocasiões de consultas públicas acabam prestando o maior serviço aos empreendedores, desmobilizando os pescadores ao vencê-los pelo cansaço. No lugar de preencher cadastros, fazer abaixo assinados, se organizar para mover ações, aparentemente os pescadores preferem pescar. Quando a pesca rareia, os mesmos não hesitam em ingressar nas fileiras da indústria, sempre por baixo como frisa Deco, no vídeo. Ao bem da verdade, qualquer pescador que esperasse ser compensado pelos prejuízos causados pelos empreendimentos para seguir a vida na Barra do Riacho estaria hoje, literalmente, a ver navios.

Se for verdade que a atividade humana na Terra já chegou às raias do irreversível, sendo a humanidade um vetor de transformações no ambiente do mesmo nível dos ventos, marés e movimentos da terra, e o nome desta nova era geológica é antropoceno, fica a pergunta, quais são os novos tipos de encaixes e desencaixes que vem sendo realizados, quais são as estruturas abandonadas e quais são mantidas, que pontas são unidas em novas ligações e qual o tipo de malha ou rede surgida desta bricolagem antropocênica?

Acredito que o contraste entre Ademar, Deco e Jacó encaixa-se nesta pergunta.

Ademar já não pesca mais. Passa seus dias entre o pequeno estaleiro construído anos atrás pela então Aracruz Celulose, onde faz reparos nos barcos da Barra do Riacho e arredores, e a peixaria do Pirata, compadre de mais ou menos a mesma idade e dono do único atracadouro bem estruturado para o desembarque de pescado. Da abundância de recursos à atual escassez, de uma região habitada por comunidades tradicionais a um distrito industrial, das relações de compadrio à tecnocracia; Ademar acompanhou várias mudanças. É uma liderança informal respeitada pelos pescadores da região. Participa de forma mais ou menos ativa da Associação de Pescadores da Barra do Riacho (ASPEBR).

Deco, por outro lado, está de volta à pescaria. Passou alguns anos “fichado na empresa” e estava, segundo ele, em um momento de reaproximação da pesca. Conforme diz, é frequente esse fluxo, não só dele como de outros pescadores, entre o serviço nas empresas e a pesca. Através do trabalho fichado, eles acabam por conhecer novos lugares em canteiros de obras espalhados pelo Brasil. Deco e muitos acabam sempre voltando para a pesca, enquanto a pesca os sustente. À medida em que o pescado volta a rarear e as contas a acumular, também não hesita em voltar à atividade industrial. Deco prefere não ter barcos pois, além da dor de cabeça com manutenção e documentos, está muito difícil achar bons pescadores para compor tripulação.

O mais novo dos três, Jacó sempre se mostra bastante orgulhoso da sua condição de pescador, apesar de também já haver trabalhado fichado. O forasteiro que chegou à Barra do Riacho aos 19 anos quando começou a trabalhar na pesca, é o orgulhoso proprietário de um pequeno barco, comprado, segundo ele, com o dinheiro do trabalho industrial. Hoje se diz feliz por poder sustentar sua família e seu filho com o seu trabalho autônomo, sem patrão. “Porque eu não gosto de ser mandado, entendeu?”

Assim dispostos, o emaranhado de decisões, escolhas e situações com as quais cada um desses pescadores se viu ao longo da sua vida, parece mesmo ir se desembrando e assumindo, ao menos aparentemente, os contornos da própria Barra do Riacho. O crescente comprometimento dos recursos pesqueiros, tanto por sobrepesca quanto por danos decorrentes do desenvolvimento, é uma constante desde o início de cada um deles na atividade. Seguindo neste sentido é compreensível que as questões práticas colocadas à pesca quando Ademar começou a pescar já não são requeridas, da mesma forma que tecnologias e saberes úteis quando Jacó, o mais novo dos três, começou a pescar também já podem ter se tornado obsoletas.

Ao passo que a saída de Deco para a indústria parece ser um rompimento com uma trajetória que começa com o avô de Ademar (que também teve seu período fichado) de uso exclusivo dos recursos naturais para a manutenção da existência, a volta do mesmo para a pesca e, principalmente, a volta de Jacó da indústria com recursos suficientes para comprar um barco são testemunhas de que, grosso modo, o saber associado à pesca segue disponível e pode ser requerido por aqueles que, dominando-o, estão dispostos à submeterem-se aos seus caprichos e às bricolagens necessárias para fazê-lo eficiente.

Afinal de contas, e essa parece ser uma das características do antropoceno, tudo está acabando, inclusive os peixes para se pescar. A história da pesca na Barra do Riacho parece ser, portanto, a história de uma crescente escassez, catalisada pela magnitude dos empreendimentos e a sua voracidade por recursos. Os pescadores talvez sejam apenas os primeiros a sentir essa crescente escassez, o que faria deles, no mínimo, bons indicadores ambientais.

Talvez os olhando de maneira menos arrogante e cientes da integralidade de um sistema composto por pescadores, cientistas, peixes, indústrias, rios e mar, possamos enxergar como o fim daquele mundo da pesca em que o Ademar aprendeu a pescar, preconizou o fim de vários outros mundos. Áreas de pesca suprimidas, rios secos ou represados, a extinção ou proibição de captura de algumas (muitas) espécies fazem de Ademar um sobrevivente. Afinal de contas

muitas das causas da escassez do pescado são também maléficas à vida humana, como o comprometimento dos rios e a emissão desregulada de efluentes químicos no mar.

Mesmo sabendo que Ademar começou a pescar em uma época de maior abundância que Deco e Jacó, os dois últimos trazem a mesma percepção, de crescente escassez, em relação às suas trajetórias na pesca. Com as significativas mudanças ocorridas na localidade, com a substituição de roças, florestas e rios por indústrias e eucalipto, os últimos em especial a indústria acabam se tornando também ferramentas às quais podem lançar mão os pescadores.

A migração de Deco para a indústria e o seu frequente retorno dá à ele uma carta na manga que pode lançar mão por exemplo. Mas, ao observar a trajetória de Jacó, percebemos que essa habilidade de trabalhar tanto na indústria quanto na pesca pode ainda ser utilizada em favor da última, com a renda do serviço assalariado se tornando uma fonte de recursos que podem posteriormente ser aplicados na pesca.

O reconhecimento, portanto, dos pescadores quando afirmam “a pesca está acabando” – que é frequente e encontrado não só na Barra do Riacho mas em todos os lugares onde as trajetórias dos pescadores artesanais confronta o grave percurso rumo à escassez que o planeta toma – não diz respeito apenas à pesca mas ao conjunto de recursos interligados pela rede que torna possível a atividade.

Os peixes rareiam, os rios secam ou são represados. A legislação endurece, exigindo mais documentos e licenças, proibindo áreas e espécies da pesca. Os empreendimentos pululam no mar, das plataformas de petróleo aos estaleiros e portos. Tal reconhecimento, porém, costuma ser acompanhado de reflexões pragmáticas acerca do que lhes é acenado na nova realidade que se desenha: condicionantes, auxílios defeso, ou o puro e simples trabalho na indústria – este último aparentemente com uma porta de saída para o mar.

O fato é que diante da crescente escassez, ainda existem parcelas da população que acreditam nas repostas dadas pelo mar, pelos ventos e pelo comportamento de cardumes no oceano diante das questões colocadas para a sua sobrevivência. Agora, somado a esse conhecimento, segue progressivamente necessário o conhecimento sobre processos políticos, de planejamento e negociação, o que expõe as comunidades pesqueiras à intempéries por muitas vezes mais severas que àquelas enfrentadas pelos em seus barcos, com a subordinação do seu território aos interesses do mercado mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, cabe apresentar aqui algumas das reflexões resultantes do esforço de compreensão, levantamento de dados e idas a campo que possibilitaram a confecção do presente trabalho. A reconstituição da história local a partir de documentos e trabalhos acadêmicos acerca da chegada das indústrias e dos conflitos que causaram, na minha opinião, forneceu uma chave importante para as idas à campo.

A história do desenvolvimento do Espírito Santo muitas vezes é apresentada de forma acrítica, como uma trajetória linear da qual o atual momento é apenas o seu desdobramento óbvio e incontestado. Mitos construídos como “barreiras verdes” e “vazios demográficos” são comuns mesmo em círculos acadêmicos. Daí transbordarem para documentos oficiais do governo, de planejamento, de iniciativas desenvolvimentistas, é perfeitamente compreensível. Quando a aceitação acrítica das versões oficiais apresentadas pelos empreendedores e os seus parceiros se torna a norma, não é de se esperar que as vozes dissonantes apareçam neste processo.

Neste sentido a reconstituição da realidade social no passado da Barra do Riacho, ajuda na compreensão dos limites do desenvolvimento alicerçado em grandes projetos. As vozes dos pescadores artesanais da Barra do Riacho, em especial daqueles que trazem consigo a memória da chegada destas iniciativas desenvolvimentistas e as alterações radicais que as mesmas operaram na realidade social e ambiental da região, contribuem fornecendo essas peças que faltam no quebra cabeça do desenvolvimento do Espírito Santo.

Avançando por este caminho, não é de surpreender que diante de novas iniciativas desenvolvimentistas – PAC e Terceira Onda do desenvolvimento – acabem por repetir certas práticas que, a despeito do desenvolvimento de mecanismos modernos de consulta e participação popular nas políticas públicas e no planejamento econômico, silenciam as vozes divergentes, tratando como externalidades a serem contingenciadas com condicionantes ambientais a vida e rotina de comunidades instaladas nos lugares que serão afetados por essas mesmas iniciativas.

Neste sentido, a ação dirigida do Estado em favor dos grandes empreendimentos, lança luz também sobre os limites entre o público e o privado, com a disputa do que é o interesse público. Diante da necessidade de desenvolvimento econômico, as necessidades da comunidade de pescadores familiares acabam se tornando uma preocupação menor, a despeito dos direitos garantidos pelos tratados internacionais e decretos assinados pelo Estado Brasileiro.

A não observância destes direitos desmascara, por fim, a argumentação modernizante de que a inclusão do Brasil e do Espírito Santo, como ente federado, na corrida pelo desenvolvimento é a chave através da qual se pode distribuir riqueza e bem estar para o conjunto da população.

Infelizmente, o que se observa hoje na Barra do Riacho é a progressiva dilapidação do bem estar e do direito a um ambiente saudável de uma população ali instalada tradicionalmente, em nome de um interesse maior que se traduz em aumento de arrecadação de impostos para os entes governamentais, geração de empregos que em sua maioria não serão ocupados por habitantes da região, e a razão primeira para qualquer empreendimento – lucro para os seus acionistas.

Ao realizar estas operações – evidenciadas no processo de licenciamento do Estaleiro Jurong Aracruz – os agentes públicos envolvidos no processo se qualificam diante novos empreendimentos, ao lidar de forma satisfatória com os possíveis entraves para o desenvolvimento local tais como a existência de comunidades tradicionais com direitos próprios ou a existência de legislação ambiental que implique maiores custos para a operação do empreendimento.

Neste sentido, a construção de uma “sinergia” entre agentes públicos e privados com fins de instalação de grandes projetos se dá justamente à custa dos direitos das populações impactadas em participar, discutir e planejar o desenvolvimento econômico na região a qual habitam.

Dada a concentração histórica das iniciativas desenvolvimentistas no litoral do Espírito Santo, desde a colonização ao atual momento da indústria de petróleo e gás, as populações pesqueiras tendem a ter um maior acúmulo na discussão dos impactos ambientais e sociais dos mesmos. Apesar desta compreensão

acerca dos limites e impactos dos projetos – em especial os mais recentes nas comunidades – é notório que este acúmulo não se reflita necessariamente em mais participação ou organização diante dos empreendimentos. Pelo contrário, o que se observa em campo é mais ceticismo e mais incredulidade acerca dos seus próprios direitos constituídos – e muitos deles específicos das populações em questão.

Assim, considero que o sucesso da minha inserção em campo com os pescadores da Barra do Riacho decorreu em muito graças à possibilidade aventada pela utilização do audiovisual como ferramenta de registro. Se nas minhas primeiras idas a campo – antes dos pescadores conhecerem o trabalho do grupo de pesquisas que componho e os objetivos da minha pesquisa – era tratado com uma certa indiferença (para ser ameno na tinta com que pinto o cenário), é inegável que a partir da compreensão do tipo de abordagem que eu estava disposto a fazer dos empreendimentos somado à possibilidade de registrar em vídeo o depoimento dos pescadores acerca dos grandes projetos de desenvolvimento na região, muitas portas se abriram.

A surpreendente disponibilidade para as entrevistas dos pescadores na Barra do Riacho, na minha análise, contrasta com a falta de interesse dos mesmos na participação dos processos licitatórios, das audiências públicas, da organização de ações coletivas. É como se uma entrevista gravada em vídeo fosse uma ferramenta cuja funcionalidade é mais evidente para os pescadores do que a participação em intermináveis reuniões.

Diante desta realidade encontrada em campo, sinto que a minha responsabilidade como autor aumentou na medida em que me tornei depositário das reflexões obliteradas no processo de planejamento e desenvolvimento neste recorte específico do litoral. A afirmação dos impactos pretéritos e presentes dos grandes projetos na região é algo intrínseco à realidade do Espírito Santo. Ao passo que a maior parte dos habitantes do Estado parece reconhecer os impactos dos grandes projetos na realidade social e ambiental, a ação dos agentes públicos e os anúncios contratados pelos grandes empreendimentos, constantemente veiculados na mídia local acabam por justificar este dano diante de um interesse maior, o de desenvolvimento do Espírito Santo.

Neste sentido, considero que as reflexões resultantes deste trabalho mereciam um tratamento que extrapolasse um pouco a discussão acadêmica ao se valer do material colhido junto aos pescadores para construir uma narrativa do desenvolvimento que questiona os limites – ambientais, sociais e democráticos – do processo de instalação de grandes empreendimentos.

Desse modo, considero bem sucedida a aposta no formato audiovisual, não só por tornar o material de mais fácil consumo e distribuição, mas principalmente por levar a discussão para o formato ao qual recorrem os empreendedores e agentes públicos quando querem legitimar suas iniciativas desenvolvimentistas.

Por fim, considero que o trabalho confeccionado neste modelo também supre minha ânsia enquanto autor e cidadão de registrar as vozes dissonantes que passei a buscar assim que enveredei pela discussão acerca dos limites do desenvolvimento econômico no Espírito Santo. Acredito que a escassez deste tipo de depoimento no cenário regional valoriza esta iniciativa, e oxalá possa inspirar outros acadêmicos ou produtores de audiovisual a enveredar pela mesma seara, que é profícua e relativamente pouco explorada no Estado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACSELRAD, Henri; PÁDUA, J; HERCULANO, S. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

BIS, Leonardo. **Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação**. In Ambiente e Sociedade v. XII, n. 1; p. 133-150. Campinas, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Perspectiva. (1979 [1963]).

_____; O poder simbólico. 6^a. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CAIUBY, Sylvia Novaes. Imagem e Ciências Sociais: Trajetória de uma relação difícil. In **Imagem-Conhecimento: Antropologia, cinema e outros Diálogos**. Editora Papirus, Campinas, 2009

CICCARONE, Celeste. **Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres Guarani-Mbya**. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

CTA Serviços em Meio Ambiente e Engenharia **Estaleiro JURONG Aracruz Relatório de Impacto Ambiental RIMA 2009**.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do Mar**, São Paulo Atica 1983.

_____. Repensando e Recriando as Formas de Apropriação Comum dos Espaços Naturais In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento** (orgs) São Paulo, Cortez Editora, 1996.

DOXSEY, MARTINS; J. R, AG, **Diagnóstico da Pesca no Estado do Espírito Santo** SEAP, 2005.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L.; **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**; Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAORO, Raymundo. **A Questão Nacional: a modernização**. Conferência do IEA, março de 1992.

IEMA, **Ata da Audiência Pública – Instalação do Estaleiro Jurong**. 03-02-2010

IJSN, **Dinâmica urbano regional do estado do Espírito Santo**. Vitória, ES, 2011.

IVO, Anete. **O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: do mito fundador ao novo desenvolvimento**. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, Maio/Ago. 2012.

LOUREIRO, Klítia **A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a “moderna” ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya**1Revista Ágora, Vitória, n.3, 2006, p. 1-32.

MACROPLAN **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo: Cenários Exploratórios para o Espírito Santo no Horizonte 2006-2025**. Macroplan, Vitória 2006.

MacDOUGALL, David. Significado e Ser. AUTORES (ORG) In **Imagem-Conhecimento: Antropologia, cinema e outros Diálogos**, Editora Papirus, Campinas, 2009.

MARACCI, Marilda Teles: **A Apropriação de Territórios Para Monocultura de Eucalipto, Impactos Socioambientais e Conflitos Territoriais no Espírito Santo – Brasil**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina 2005 – Universidade de São Paulo.

MEIRELLES, Daniela; CALAZANS, Marcelo. A Reconfiguração de Territórios no Espírito Santo pelas Atividades Petrolíferas. In: **Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (org)**. 50 Anos da Refinaria Duque de Caxias e a Expansão da Indústria Petrolífera no Brasil: Conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-Sal. Fase, Rio de Janeiro, 2013

MOREIRA, Vânia Maria Lousada. **Guerra e paz no Espírito Santo: Caboclisto, Vadiagem e Recrutamento militar das populações indígenas provinciais (1822 – 1875)**. XXIII Simpósio Nacional de História. Simpósio: Guerras e Alianças na História dos Índios: Perspectivas Interdisciplinares. 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada **Índios no Brasil: Marginalização Social e Exclusão Historiográfica** Universidade de Aarhus Dinamarca, 2001.

Ministério Público Federal do Espírito Santo (MPF-ES) Ação Civil Pública **Ref. Procedimento Administrativo n o : 1.17.003.000018/2010-17** 2010.

PEIXOTO, Clarice. Caleidoscópio de Imagens: o uso das imagens e sua contribuição para análise das ciências sociais. In “**Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas CS**”. Ed Papyrus, 1998.

RABELO, Desirée C. Comunicação e mobilização na Agenda 21 local. Vitória, EDUFES/Facitec. 2003.

RIBEIRO, Gustavo; “**Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: Nova Ideologia/Utopia do Desenvolvimento**”: Revista de Antropologia, n34 São Paulo 1991.

_____. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento** Novos estud. - CEBRAP no.80 São Paulo Mar. 2008.

RIST, Gilbert. **The History of Development: From Western Origins to Global Faith**. Zed Books, 2012.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional** org. Manaus: uea, 2007.

SOUZA CRUZ, Deivison. **Diagnóstico Sócio-Cultural-Econômico da População Pesqueira do Litoral Capixaba**. SEAP 2005.

TRIGUEIRO, Aline e KNOX, Winifred. **A virtuosidade do progresso e outras “histórias para boi dormir”**: a pesca artesanal e os reflexos do desenvolvimentismo no ES. In Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciência Social, 2013, Águas de Lindóia, São Paulo. Anais eletrônicos.

ZORZAL, M. **Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo** in Espírito Santo: Instituições, Desenvolvimento e Inclusão Social – Instituto Jones dos Santos Neves, Vitória 2010.